

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE HISTÓRIA

JÚLIA MARIA CORRÊA LIMA E SILVA

Imprensa “portuguesa” do Maranhão no Primeiro Reinado (1825 – 1828)

São Luís

2024

JÚLIA MARIA CORRÊA LIMA E SILVA

Imprensa “portuguesa” do Maranhão no Primeiro Reinado (1825 – 1828)

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Estadual do Maranhão para o grau de licenciatura em História.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Cheche Galves

São Luís

2024

Silva, Júlia Maria Corrêa Lima e
Imprensa "portuguesa" do Maranhão no Primeiro Reinado (1825-1828) /
Júlia Maria Corrêa Lima e Silva. – São Luís, 2024.

— f.; il.

Monografia (Graduação) – Curso de História. Universidade Estadual do
Maranhão, 2024.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Cheche Galves.

1. Independência. 2. Imprensa. 3. Primeiro Reinado. 4. Maranhão. I.
Título.

CDU 070:94(812.1).04

Elaborada por Lauisa Barros - CRB 13/657

JÚLIA MARIA CORRÊA LIMA E SILVA

Imprensa “portuguesa” do Maranhão no Primeiro Reinado (1825 – 1828)

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Estadual do Maranhão para o grau de licenciatura em História.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Cheche Galves

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Marcelo Cheche Galves (Orientador)

Universidade Estadual do Maranhão



Prof. Dr. Roni César Andrade de Araújo

Universidade Federal do Maranhão



Prof. Dr. Raíssa Gabrielle Vieira Cirino

Universidade Estadual do Maranhão

Em memória de Raimundo Reinaldo da Silva, a quem eu chamava de Pai Mendes.

AGRADECIMENTOS

Sou visceralmente grata aos meus pais pela instrução que me deram, e por nunca terem deixado de acreditar e investir em mim. José Ribamar Lima e Silva e Maria Cristina Corrêa, cada um à sua maneira, me mostraram a importância da dedicação e me ensinaram o significado mais profundo do amor. Foram eles quem me presentearam com o meu primeiro caderno e também com os primeiros pinceis para usar no quadro branco da sala de nossa casa, onde realizei minhas primeiras atividades docentes em companhia de minhas bonecas. Seus exemplos despertaram meu interesse para o conhecimento e para a ciência e me levaram para o caminho da licenciatura.

Também aproveito para agradecer ao restante de minha família. Em especial a minha avó Raulina Silva Lima e Silva e meu avô Raimundo Reinaldo da Silva, por todos os esforços que fizeram por nossa família. Os dois estão presentes nas lembranças mais doces e saudosas da minha infância, sem a dedicação de ambos nenhuma de minhas conquistas teria sido possível.

Ao meu orientador, Marcelo Cheche Galves, muito obrigada pelo cuidado que teve comigo ao longo de toda a graduação ao me instruir e corrigir meus trabalhos, por me ensinar o funcionamento do universo acadêmico, por confiar em meu potencial mesmo em meus momentos mais difíceis e por me ajudar a redescobrir a importância do que fazemos na academia e em sala de aula.

A todos os amigos que cultivei na graduação, muito obrigada. Pamella, Aline, Victoria, Ludimila, Airton e Tainara, vocês foram essenciais para tornar esse momento de minha vida mais tranquilo, nos divertimos muito. Também agradeço a todos que fazem parte do Nemo (Núcleo de Estudos de Maranhão Oitocentista) e dividiram as alegrias e preocupações da Iniciação Científica, em especial Leina e Lorrane, que me ajudaram nos enormes problemas que me meti no meio do caminho.

Aos demais amigos, todos aqueles que são verdadeiros companheiros de jornada, agradeço por me presentear com a sua cumplicidade, por serem meus confidentes, e por mostrarem sempre que possível que vale a pena sorrir mesmo em meio as incertezas dos 20 e poucos anos. Obrigada por dividirem esse momento comigo.

A palavra é meu domínio sobre o mundo

Clarice Lispector

RESUMO

Este trabalho tem como finalidade analisar a imprensa alcunhada como “portuguesa” no Maranhão entre os anos de 1825 e 1828, que compreende os jornais *O Censor*, *O Amigo do Homem*, *A Bandurra* e a *Minerva*, considerando as transformações que ocorreram na província a partir da adesão à Independência e motivaram o surgimento de um amplo grupo político atuante sob o epíteto de “português”. O estudo se concentra em compreender a forma como essa noção é mobilizada na imprensa nos primeiros anos após a Independência, mapeando o perfil dos principais jornais vinculados a essa designação e suas características comuns. Tendo em mente que os impressos para aquele momento se transformaram em porta-vozes dos interesses dos diferentes agrupamentos políticos, era comum que tratassem acerca das disputas políticas em voga, como os dissensos em torno da administração provincial, os debates ligados a atuação da Comissão Mista Brasil-Portugal e as indenizações e restituições de bens “portugueses”, assuntos que demonstram a preocupação desses redatores de manter sua influência e a de seus apoiadores em um momento de redefinições dos rumos da política e das noções de identidade e cidadania.

Palavras-chave: Imprensa; Maranhão; Primeiro Reinado; Identidade portuguesa

ABSTRACT

This work aims to analyze the press known as “Portuguese” in Maranhão between the years 1825 and 1828, which includes the newspapers *O Censor*, *O Amigo do Homem*, *A Bandurra* and *Minerva*, considering the transformations that occurred in the province after the Independence and motivated the emergence of a broad political group operating under the epithet of “Portuguese”. The study focuses on understanding how this notion is mobilized in the press in the first years after Independence, mapping the profile of the main newspapers linked to this designation and their common characteristics. Bearing in mind that the printed media for that moment became spokesmen for the interests of different political groups, it was common for them to deal with political disputes in vogue, such as disagreements around provincial administration, debates related to the performance of the Comissão Mista Brazil-Portugal, and indemnities and restitutions of “Portuguese” property, issues that demonstrate the concern of these editors to maintain their influence and that of their supporters in a moment of redefinition of the directions of politics and notions of identity and citizenship.

Keywords: Press; Maranhão; First Reign; Portuguese Identity

SUMÁRIO

Introdução	11
1. Apontamentos sobre a Independência, o antilusitanismo e as novas disputas políticas na província do Maranhão	16
1.1 A Independência e a dinâmica política no Maranhão pós-adesão	18
1.2 O debate entre “brasileiros” e “portugueses” no Maranhão do Primeiro Reinado	22
1.3 1825 e o surgimento da “imprensa portuguesa” no Maranhão.....	27
2. Imprensa “portuguesa”: principais debates e redatores.....	33
2.1 Breve panorama do periodismo “português” entre 1827 e 1828.....	36
2.2 A defesa pela participação política: a construção do espaço público e o apoio ao presidente Pedro José da Costa Barros	41
3. “Portugueses” e o direito à propriedade: um olhar sobre a Comissão Mista Brasil-Portugal no debate impresso	49
3.1 Breve exposição sobre a Comissão Mista Brasil-Portugal: do seu estabelecimento às possibilidades de pesquisa.....	50
3.2 A defesa pela propriedade: os bens “portugueses” e a construção da noção de cidadania	55
Considerações finais	61
Referências	64
APÊNDICES	68
APÊNDICE A – Levantamento de dados do jornal <i>O Amigo do Homem</i>	68
APÊNDICE B – Levantamento de dados do jornal <i>A Bandurra</i>	71
APÊNDICE C – Levantamento de dados do jornal <i>O Censor</i>	73
APÊNDICE D – Levantamento de dados do jornal <i>Minerva</i>	77

Introdução

Meu primeiro contato com a temática da Independência e Primeiro Reinado no Maranhão, bem como com os desdobramentos dessa área de pesquisa, deu-se quando estava no terceiro período. Naquele momento, o professor Marcelo Galves me apresentou ao projeto *Imprensa e propriedade: “portugueses” na província do Maranhão após a Independência*, financiado pelo CNPq. O projeto tinha como finalidade analisar os embates entre “brasileiros” e “portugueses” na província do Maranhão a partir da adesão por meio da questão das propriedades pertencentes aos grupos identificados politicamente como “portugueses”, apreendida por intermédio da documentação produzida pela Comissão Mista Brasil-Portugal¹, através do debate impresso. Participei durante dois anos na realização desse projeto como bolsista de Iniciação Científica/FAPEMA. Ao trabalhar com a imprensa, interessei-me logo de início pelo debate entre os grupos políticos em litígio na província, e pela forma como mobilizavam os termos da política, inaugurados pelo novo vocabulário político advindo do constitucionalismo² e pelo novo sistema instaurado no território da recém independente América portuguesa. Essas discussões foram ganhando cada vez mais corpo, o que resultou na sentida necessidade de transformá-las em um trabalho monográfico.

Instituído o Império do Brasil, a Carta Constitucional de 25 de março de 1824, que regulava o novo sistema, trazia consigo as definições de quem poderia ser considerado cidadão brasileiro a partir daquele momento. Além dos nascidos em território agora imperial, o documento estabelecia que adquiriam cidadania brasileira todos os nascidos em Portugal que tivessem prestado juramento à Constituição ou tivessem aderido a Independência tacitamente, isto é, pela continuação da residência no território. Mesmo após esse dispositivo legal, a designação de “português” continuou em voga no debate político durante os primeiros anos após a Independência, situação verificável no Maranhão, em discussões iniciadas já no momento imediatamente posterior ao da adesão da província ao Império, mas que persistiram durante, pelo menos, todo o Primeiro Reinado.

¹ A Comissão Mista Brasil-Portugal foi instituída em decorrência do artigo VIII do *Tratado de Paz e Aliança entre Brasil e Portugal*, que reconhecia a Independência do Brasil pela antiga metrópole, e tinha o objetivo de minimizar os prejuízos materiais decorrentes do processo de emancipação. Estabelecida no Rio de Janeiro, iniciou seus trabalhos em 8 de outubro de 1827 e foi encerrada em 1842. Um número considerável de “portugueses” do Maranhão reclamou prejuízos a esta Comissão entre 1827 e 1828, como se verá.

² A América portuguesa recebeu grande influência do ideal e do vocabulário político originado no movimento liberal do Porto de 1820, e os estudos ligados ao início do século XIX, produzidos nas últimas décadas, enfatizaram esse aspecto como parte influente no conjunto de acontecimentos que levaram a Independência, tendo em vista que esse movimento possibilita o surgimento de uma “opinião pública”, e a consequente ampliação das discussões políticas para além do círculo privado da Corte. Cf. Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves (2003; 2005).

A partir do momento da adesão, aqueles que constituíam certo vínculo com a antiga administração provincial ficaram marcados sob essa designação por seus rivais no jogo político durante os anos seguintes. Apesar disso, os ditos “portugueses” tentavam se defender dessa pecha através de juramentos, como à Constituição, festas públicas em favor do Império, subscrições e encontraram na imprensa que florescia na década de 1820 um espaço magistral para provar a legitimidade política que consideravam possuir por direito constitucional. Paulatinamente, após 1825, um conjunto de redatores que tratava acerca dessas questões em suas folhas foi ganhando destaque na cena política, ocupando cargos públicos e defendendo suas ideias e o próprio direito à cidadania através de jornais, de modo que entre 1825 e 1828, estabeleceram-se no Maranhão quatro jornais de grande visibilidade e que, a seus modos, defendiam uma espécie de “causa portuguesa”³. Eram eles: *O Censor*, *O Amigo do Homem*, *A Bandurra* e *a Minerva*.

Este trabalho tem o intuito de investigar e promover alguns apontamentos sobre o funcionamento dessa imprensa definida como “portuguesa”, e por meio das ideias defendidas pelos redatores “portugueses” de maior expressão – João Antônio Garcia de Abranches, João Crispim Alves de Lima e David Fonseca Pinto – compreender de que forma esses indivíduos mobilizavam os termos da política naquele momento e ocupavam a cena pública. Afinal, quais foram as condições que possibilitaram a existência de tantos jornais “portugueses”, mesmo após um momento de reconfiguração política que momentaneamente os afastou da cena pública? O que os unia? Havia algo que os diferenciava? Questões como essas orientam a elaboração deste texto.

A designação “imprensa portuguesa” ou “periodismo português”, escolhida para tratar do conjunto de impressos é fruto das disputas contínuas que ocorriam naquele momento, tendo em mente que, apesar de os redatores integrantes desse conjunto não se definirem como “portugueses” após a adesão do Maranhão à Independência, em julho de 1823, coube a eles essa acusação, circunstância que uma limitada produção historiográfica maranhense por muito

³ Ao longo do texto será melhor explicado o que se entende por “causa portuguesa”, mas, a fim de situar o leitor em um primeiro momento, pode-se dizer resumidamente que se trata de defender os interesses, projetos e visões de mundo desses indivíduos que passaram a ser acusados de “portugueses” após 1823. Ao contrário do que os rivais políticos desses indivíduos afirmavam, com o intuito de deslegitimar a participação do grupo no debate político, a ideia de “causa portuguesa” adotada no trabalho não representa vínculo de nenhum tipo com planos de recolonização do Brasil ou relações oficiais com a Coroa portuguesa. Esse constructo foi explorado por Roni Araújo em sua tese (2018) e tem seu fundamento nas noções de “cultura política”.

tempo tratou de perpetuar, à medida que nacionalizou os conflitos ocorridos no Maranhão em prol da adesão⁴.

De forma geral, essas produções referentes à Independência do Maranhão e à cultura impressa caminhavam na lógica de uma história da “libertação do Maranhão” pelas tropas do Piauí e Ceará e da rendição das elites maranhenses, estabelecida pelos escritos de Vieira da Silva, publicados em 1862. Daí em diante, é prática antiga a de atribuir a ideia de “português” a esses impressos, sem pensar os significados atribuídos a esse termo e como ele era mobilizado na dinâmica política do Maranhão. A assimilação da ideia de “português” como local de nascimento e a história da “libertação do Maranhão” serviam para os propósitos nacionalistas de um estado em construção e que buscava se autodefinir. O Maranhão, parte integrante desse todo, não poderia ficar de fora desta história nacional, embora a sua incorporação tardia fosse um tema desconfortável. A perpetuação de uma produção histórica que não refletia acerca dessas categorias limitou por muito tempo a compreensão das disputas políticas locais.

Após algumas décadas de profissionalização da pesquisa em História no estado, já é possível perceber certas mudanças na forma de tratar deste tema, considerando as categorias de “português” e “brasileiro” presentes no debate impresso como designações que expressam muito mais do que o local de nascimento, e revelam posicionamentos políticos acerca de debates referentes ao acesso ao espaço público e garantias constitucionais.

O trabalho de Istvan Jancsó e João Paulo Pimenta (2000), que considera o processo de formação do Brasil como um mosaico, possibilitou o começo das transformações na produção historiográfica relativa às Independências, e contribuiu para a renovação de uma historiografia da Independência no Maranhão. Igualmente importante foi o anterior trabalho de Gladys Sabina Ribeiro (1997), pioneira em considerar as categorias “brasileiros” e “portugueses”, buscando compreender de que forma foram utilizadas na construção da nacionalidade brasileira durante todo o Primeiro Reinado, sem assumir a nacionalidade preexistente, assimilada pelas produções historiográficas anteriores.

Influenciados por estas perspectivas, os trabalhos de Marcelo Cheche Galves (2010) e Roni Araújo (2018) contribuíram para a construção de um novo olhar sobre a Independência do Maranhão. Enquanto Galves (2010) demarcou novos problemas de pesquisa para uma

⁴ Aqui, me refiro à produção de Luís Antônio Vieira da Silva (1862; 1972), que se estende de 1819 a 1828, sendo o último ano o início do governo de Cândido José de Araújo Viana, que marcaria um novo momento político no Maranhão, agora notadamente “brasileiro” (Galves, 2015, p. 34). E também me refiro àqueles que assimilaram as considerações de Vieira da Silva sobre o processo de adesão, como Augusto Olímpio Viveiros de Castro (1923); Mário Meirelles (1972) e Maria Esterlina Mello Pereira (1983). Para uma maior compreensão sobre o histórico de produções sobre a Independência do Maranhão, cf. Marcelo Galves (2015).

historiografia da Independência da província, assunto pouco falado devido ao desconforto causado pela data da adesão – 28 de julho de 1823 – pensando esse processo através da imprensa periódica, Araújo (2018) realizou grande esforço para compreender o uso das ideias de “brasileiros” e “portugueses” na dinâmica política da província.

Ambos os autores serviram de fundamento para a realização desta pesquisa, e no contexto atual, muitos outros trabalhos que se relacionam com o tema estão sendo produzidos, possibilitando a maior compreensão de um fenômeno tão complexo. Esta pesquisa pretende contribuir para este fim. Sua metodologia se concentrou, além das discussões bibliográficas realizadas durante os anos de PIBIC/graduação, na leitura atenta dos quatro jornais trabalhados – *O Censor*, *O Amigo do Homem*, *A Bandurra*, e a *Minerva* – com o intuito de apreender informações básicas dos jornais e perceber seus perfis políticos⁵. Essa abordagem faz parte de uma renovação historiográfica que destaca o papel da imprensa na política e na cultura, sendo um “[...] agente histórico que intervém nos processos e episódios, em vez de servir-lhes como um simples ‘reflexo’”. (Morel, 2003, p. 9). Para a realização da pesquisa, foram fundamentais os trabalhos de autores como Marco Morel (2003; 2005; 2009) e Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves (2005).

No primeiro capítulo apresentei alguns apontamentos que considero relevantes para pensar a ideia de um grupo político categorizado como “português”, iniciando a análise da construção deste grupo a partir da adesão, uma vez que tal construto remonta a esse momento da história política da província, questão atestável através das discussões verificadas nos jornais estudados, como se verá. Dedico-me, em um primeiro momento, em realizar uma análise bibliográfica sobre as transformações vivenciadas no Maranhão naquele momento, que possibilitaram o surgimento dessas designações políticas, bem como algumas manifestações dessas disputas em uma imprensa pós-Independência, entre 1823 e 1825.

Já no segundo capítulo, o esforço foi de expor os principais debates e redatores que permeavam essa imprensa “portuguesa”, iniciando com um panorama do periodismo “português”, para facilitar a maior compreensão das argumentações expostas nos jornais. Proponho percebê-la de maneira conjunta, enxergando as semelhanças e os dissensos dentro de um grupo que é, em certa medida, coeso, tarefa realizada na primeira parte do capítulo. A problemática do acesso ao espaço público, muito recorrente nos debates movidos pelos

⁵ Muitos dados coletados em dois anos de pesquisa foram aproveitados. Durante o desenvolvimento das pesquisas e desta monografia foram realizados fichamentos dos jornais e preenchidas fichas para levantamentos de dados dos jornais, que traziam informações como título, epígrafe e seus significados, periodicidade, perfil dos leitores, linha editorial, identificação política e cultural, entre outros aspectos, que pudessem auxiliar a compreensão do posicionamento do jornal na política provincial. Cf. Marco Morel (2005, p. 123-126).

“portugueses” e tema presente nas diferentes produções históricas disponíveis, será melhor explorada na segunda parte deste capítulo.

O último capítulo também retrata as disputas no debate impresso, mudando o foco de questões como os empregos públicos e legislaturas para a problemática das propriedades, através das discussões motivadas pelo estabelecimento da Comissão Mista Brasil-Portugal e de sua atuação. A Comissão é um recurso notável para pensar a questão dos “portugueses” no Maranhão, dado o grande número de reclamações e as polêmicas que gerou nas diferentes folhas que circulavam naquele momento. A primeira parte do terceiro capítulo fornece breves apontamentos sobre a Comissão Mista Brasil-Portugal, enquanto a segunda parte discorre sobre as discussões que esta instituição motivou e o que revelam sobre a “questão dos portugueses”. Um olhar atento para esta organização, por vezes retratada na imprensa de 1827 e 1828, nos faz perceber também a complexidade do debate entre “portugueses” e “brasileiros”, que não se limitava a cargos políticos, e que traz em si muito mais do que o local de nascimento. Espera-se que através dos resultados desta pesquisa seja possível avançar na compreensão dos primeiros anos da imprensa maranhense pós 1823, e de forma mais ampla, perceber as nuances do processo de Independência no Maranhão.

1. Apontamentos sobre a Independência, o antilusitanismo e as novas disputas políticas na província do Maranhão

No dia 28 de julho de 1823, o Maranhão aderiu à Independência do Brasil. Apesar da disparidade de interesses que a província tinha em relação ao Rio de Janeiro, que apontava para a manutenção dos laços com Portugal, a Junta de Governo e a Câmara de São Luís oficializaram a decisão de integrar o Império do Brasil, dois dias após a chegada do almirante Cochrane⁶ ao Maranhão, concretizando o projeto imperial radicado no Centro-Sul em mais uma das províncias do Norte.

Uma renovada historiografia das Independências⁷ avançou na compreensão desse fenômeno como um processo plural, indo contra a noção cristalizada de uma emancipação política homogênea e pacífica em todo o território, tomado como “nacional”. Considera-se que as províncias do Norte vivenciaram guerras, resultantes das diferentes identidades, projetos políticos e interesses existentes no território da América portuguesa. Essa diversidade se intensifica com a chegada da família real em 1808, provocando um desequilíbrio que se revela nas formas de recepção do constitucionalismo português a partir da Revolução de 1820 e das notícias das Cortes portuguesas nos anos seguintes, no “furor tributário”⁸ apontado por Wilma Peres Costa (2003), entre outros elementos que mostram as diferenças existentes dentro de um território extenso como o que viria a ser o Brasil como corpo político autônomo.

Levando em conta as múltiplas identidades, tempos e eventos que delinearam a transição do mundo luso-brasileiro, o momento posterior a adesão pode indicar as particularidades desse

⁶Oficial naval britânico contratado por D. Pedro que desempenhou um papel central para a incorporação do Maranhão ao Império do Brasil, em julho/agosto de 1823. Um resumo de sua atuação pode ser consultado em Roni César Andrade de Araújo (2018), especialmente no capítulo 1.

⁷Nas últimas duas décadas, os estudos ligados a Independência, influenciados pela Nova História Cultural e Nova História Política, investigaram esse acontecimento sob circunstâncias mais específicas, tirando o foco da lógica *colônia versus metrópole*, identificando projetos políticos distintos e possibilitando o crescimento de perspectivas díspares do ponto de vista dos muitos territórios que comporiam o “todo”, que aos poucos ganharia operacionalidade. O trabalho de Istvan Jancsó e João Paulo Pimenta (2000) foi crucial para a compreensão desse processo. Os dois autores propuseram a ideia do processo de formação do Brasil como um mosaico, considerando um território extenso, com diferentes interesses e identidades políticas variadas, que teceram relações, mas que não pressupunham um projeto de Independência com propósitos nacionalistas. A coletânea organizada por Jancsó em 2005, intitulada *Independência: história e historiografia*, reuniu trabalhos que tratavam do processo de separação política em diferentes regiões do que viria a constituir o Brasil, contribuindo de forma capital para a historiografia das Independências.

⁸A questão da fiscalidade é apontada por Wilma Costa (2003) como uma das chaves para compreender as transformações políticas que ocorrem no território americano e culminam com a criação do estado brasileiro. A partir de 1808, sendo o Rio de Janeiro o centro político, o sentido da fiscalidade se modificava e impunha este centro sobre outras partes do reino português, questão que se fez sentir nas províncias do Norte, com o aumento da pressão fiscal e impostos, mas sem rentabilidade local. Uma discussão sobre os impactos da transferência da Corte nas províncias do Norte pode ser consultada em Marcelo Cheche Galves (2022).

processo no Maranhão, pois como sugerem Marcelo Galves e Roni Araújo (2022, p. 2), esse é um período em que se intensificam as tensões políticas já existentes entre grupos antagônicos e também as tensões sociais presentes no seio de uma sociedade desigual e hierarquizada. A partir do momento da adesão, começou a se desenhar no Maranhão um debate que se estenderia por alguns anos e que fora potencializado pela possibilidade de reconfiguração do poder político local. Ele irá reverberar através da imprensa⁹ do período, em movimentos a serem captados por esta pesquisa.

A compreensão da atividade tipográfica e de seus mecanismos se tornou uma chave importante para entender as nuances das Independências nos últimos anos, diante da grande capacidade dessa ferramenta de interferir no curso da política, uma vez que é importante veículo para a difusão de ideias. A relevância da imprensa para a compreensão desse período fica ainda mais evidente se considerarmos os efeitos da Revolução Liberal de 1820 sobre as liberdades de pensar e imprimir, tempo que envolve o debate entre distintos projetos de futuro e, gradativamente, um (vitorioso) projeto de Independência, pensada como separação política. Como salienta Marco Morel (2003, p. 8), trata-se de um tempo novo, em que a “[...] palavra impressa circulava e ajudava a delinear identidades culturais e políticas”.

A adesão gerou um contexto de disputas por cargos, influência e também, um pouco mais tarde, pelo exercício da atividade tipográfica, origem de uma intensa argumentação sobre o acesso ao espaço público, possível de ser apreendida por diferentes meios, incluindo a imprensa dos primeiros anos após a integração da província ao Império. A partir de 1823, mas especialmente a partir do restabelecimento de uma imprensa regular, no início de 1825, constituiu-se uma argumentação política envolvendo aqueles que se intitulavam como “brasileiros natos” contra os ditos “brasileiros pela Constituição”, alternando entre momentos de efervescência e aparente calma, mas mantendo certa constância no debate.

A imprensa é um local privilegiado para compreender essas discussões, por ser “[...] um dos mecanismos de participação política, com suas especificidade e ritmos, mas interligada a outros destes mecanismos que transcendiam a palavra impressa” Marco Morel (2005, p. 617). Entre 1823 e 1824, a atividade tipográfica no Maranhão dá sinais de ter diminuído, mas volta a

⁹ A atividade de imprensa no Maranhão se inaugura a partir da publicação do *Conciliador*, mais tarde intitulado *O Conciliador do Maranhão*, que circulou na província entre os anos de 1821 e 1823, encerrando suas atividades pouco antes da adesão. Durante esse período, circulou também a *Folha Medicinal* (1822). Com a mudança de sistema a província passou por um período de diminuição da atividade tipográfica, veiculando apenas a *Gazeta Extraordinária da Província do Maranhão* (1823-1824), periódico de caráter oficial que veiculava notícias do governo. É só a partir de 1825 que a imprensa maranhense retorna a ter maior fôlego com o surgimento do *Amigo do Homem* (1825-1827), do *Argos da Lei* (1825) e do *Censor* (1825).

apresentar maior força em 1825. Esse movimento acompanha e reverbera as transformações políticas da província, favorável ou não a atuação política dos diferentes grupos existentes.

Com base nessas questões, a preocupação deste capítulo é de apresentar as transformações políticas vivenciadas pela província do Maranhão, que possibilitaram a composição de um grupo político definido como “português”, além de perceber os reflexos e as nuances desse contexto político na imprensa maranhense entre os anos de 1823 a 1825. Para tanto, trataremos em primeiro lugar sobre os acontecimentos políticos que ocorreram no Maranhão pós adesão, o que possibilitará, em um segundo momento desse capítulo, a compreensão da noção de “português” que ganha força a partir desse período. Por fim, trataremos do retorno dessas figuras à política provincial, agora sobre a identidade de “português”. Esses esforços todos são realizados acompanhando as movimentações da imprensa entre os anos de 1823, momento posterior a adesão, e 1825, marcado pelo gradual retorno desses “portugueses” à cena pública.

1.1 A Independência e a dinâmica política no Maranhão pós-adesão

Ao longo de 1823, tropas independentistas vindas do Ceará e do Piauí avançavam em direção ao Maranhão, gerando um clima de inquietação em grande parte dos indivíduos influentes na província, fieis a D. João VI e à Constituição portuguesa, sobretudo no capital da província, São Luís. Em junho, o exército auxiliador chegou à vila de Itapecuru Mirim, e em 18 daquele mês o comandante geral da vila, José Felix Pereira de Burgos, juntou-se às forças independentistas, importante estratégia política para lidar com os entraves locais¹⁰.

Não há dúvida de que Itapecuru era uma área central para a economia agroexportadora do Maranhão. Diante disso, tal reconhecimento por parte dos influentes proprietários e famílias da região fez toda a diferença nas transformações vivenciadas pela província e na conjuntura política originada por elas, o que fica evidente ao observar a formação das Juntas de Governo nos primeiros dois anos após a adesão, questão que será retomada posteriormente. Enquanto

¹⁰ O apoio às tropas independentistas foi uma estratégia política importante para superar impasses vivenciados naquela região. Segundo Araújo e Galves (2022, p. 10), o endividamento de grandes proprietários com importantes negociantes situados em São Luís, influentes politicamente, bem como o temor de insurreições escravas, sempre presente entre os fazendeiros, levou-os a aderir ao movimento. Além disso, a associação com o exército independentista foi uma oportunidade de retomar certa influência política junto a administração provincial e monopolizar o poder, desmobilizando politicamente outras áreas da província e rivais políticos. É possível encontrar mais informações sobre o processo de capitulação da vila de Itapecuru no trabalho de Matthias Assunção (2005).

isso, São Luís¹¹ continuava com a iniciativa de manter o território integrado e resistindo ao avanço do projeto de Independência.

A Junta Governativa de São Luís, instaurada em fevereiro de 1822, manteve-se em funcionamento até julho de 1823, firme na decisão de sustentar a unidade da província e o vínculo com Portugal. Mas as notícias vindas de outras províncias do Norte referentes à vitória de tropas independentistas nas províncias do Ceará e Piauí, e a aproximação cada vez maior do exército auxiliador apresentava a Independência como possibilidade mais concreta para o Maranhão à medida que 1823 avançava (Ribeiro, 2021). Ainda assim, os habitantes da província esperavam a provisão e a defesa de tropas portuguesas contra as forças independentistas, e se comprometiam a lutar contra o que qualificavam como “despotismo” do Sul, corporificado na ideia de que uma Constituição, em vigor, estava sendo afronta por projetos de desunião do Reino Unido português.

O Maranhão, assim como outras províncias do Norte, possuía uma maior comunicação com Lisboa e interesses díspares em relação ao Rio de Janeiro, o que levou a uma resistência muito maior à ideia de separação de Portugal e adesão ao Império do Brasil, se comparado ao Sul. Apesar da alcunha de “separatista” – cristalizada por uma historiografia de orientação nacional, ao longo do Oitocentos, especialmente em relação às províncias do Norte -, na imprensa maranhense, por exemplo, quem ocupava a posição de “separatista” eram aqueles que “conspiravam” contra o Império português no Sul, rompendo um pacto e um juramento que parecia servir por si só como um argumento forte para se manifestar contrário ao movimento pró-independência (Galves, 2015).

Como sugeriram Istvan Jancsó e João Paulo Pimenta (2000), o processo de emancipação política se deu em coexistência com múltiplas identidades coletivas presentes no território luso-brasileiro, cada uma delas apontando para diferentes projetos de futuro – ora convergindo, mas em outros momentos anunciando potenciais conflitos – de forma que a Independência não pressupõe uma ideia de nação e uma identidade política coletiva já definida e unificada em torno de interesses comuns, ou em outras palavras, “nacionais”. Entretanto, o que se observa

¹¹ É importante frisar que, para que ocorresse a integração da província e a adesão da câmara de São Luís ao Império do Brasil, foi fator crucial a atuação de Thomas Cochrane, oficial naval britânico que, contratado pelo governo do Rio de Janeiro para combater a resistência portuguesa nas províncias do Norte, fez importante trabalho nesta província, o que lhe deu o título de Marquês do Maranhão. Chegou à província em 26 de julho, e negociou com a administração provincial e com o governador das Armas o retorno das tropas portuguesas para a Europa, dois dias depois, a Câmara da cidade oficializava a adesão. Também auxiliou no estabelecimento da ordem pública nos dias seguintes, marcados por grande agitação na cidade, contra os “portugueses”. A proclamação feita por ele em 16 de setembro convidava ao fim das inquietações sob ameaças de medidas drásticas contra o centro de poder provincial (Galves; Araújo, 2022). Para mais informações de sua atuação, conferir Araújo (2018).

no processo de escrita da história nacional é que a historiografia oficial do regime imperial deu maior centralidade aos interesses das províncias do Sul, sem reconhecer as relações distintas entre as várias regiões da América portuguesa com a metrópole e a recepção particular de cada província ao movimento emancipatório (Malerba, 2006), resultando em uma história da emancipação nacional que tem como núcleo o Rio de Janeiro e que estabelece como local de “atraso”¹² às províncias do Norte que resistiram ao movimento pela Independência.

Desse modo, não causa tanta surpresa que desde fevereiro, o *Conciliador do Maranhão* convidasse “[...] todos os Srs., que possuídos de puros sentimentos de salvar esta província” a contribuírem para a arrecadação de mantimentos para a “Tropa Nacional”, que defendia o Maranhão do sistema da “subversão” e da “discórdia” (*O Conciliador*, n. 166, 12 fev.1823, p. 3).

Seja como for, o estabelecimento de uma nova ordem no Maranhão, em razão do processo de adesão ao Império do Brasil, apresentou a possibilidade de reconfiguração do poder político da região, gerando um contexto de intensas disputas por cargos e prestígio. A Junta Provisória escolhida em agosto de 1823 refletia a reorganização política do momento, demarcando a importância das famílias Burgos-Belfort, nomes já conhecidos na política provincial, produtores de algodão na região do Itapecuru. Essas famílias eram ligadas à administração reinol, mas perderam grande parte de sua influência na política com a ascensão dos comerciantes no início do Oitocentos. Outro nome que ganhou destaque nesse período foi o de Miguel Ignácio dos Santos Freire e Bruce, advogado que fazia oposição a administração provincial no pós-Revolução do Porto. Ele foi o mais votado na eleição da Junta de agosto de 1823, ocupando a presidência da primeira Junta de Governo, foi reeleito¹³ em dezembro do mesmo ano para nova Junta, e tomou posse da presidência da província em julho de 1824 (Galves, 2015).

Não se sabe tanto sobre Miguel Bruce¹⁴, ainda que se tornasse importante figura no debate político a partir da Revolução Liberal de 1820, mas o que se percebe é que esta figura

¹² A discussão sobre o “atraso” na Independência do Maranhão dá ao tema uma sensibilidade ainda maior, e por muito tempo dificultou uma compreensão mais profunda e crítica desse processo na província, bem como impediu as discussões sobre a conjuntura política local naquele período, invisibilizando parte da história das províncias mais distantes do Rio de Janeiro. A demanda por essas outras narrativas aproxima autores separados por mais de quatro décadas, como Eduardo d’Oliveira França (1973) e Marcelo Cheche Galves (2015).

¹³ Os trâmites ligados à eleição de uma nova junta revelaram cedo a fragilidade da aliança entre as famílias de Itapecuru e os representantes de São Luís, ocasionando um desgaste na relação entre Bruce e os membros da Junta. Para aquele, ocorre um gradativo isolamento político, enquanto os Belfort se concentram nas Câmaras Gerais para manter algum controle em suas ações. Marcelo Galves explorou o processo de desgaste e isolamento político de Miguel Bruce em alguns de seus trabalhos. Como exemplo, ver Galves (2015, p. 277-304).

¹⁴ Um verbete sobre o personagem pode ser consultado em Marcelo Cheche Galves e Roni César Andrade Araújo (2022).

não foi capaz de contornar a instabilidade política própria do momento e reorganizar a província, e seu governo ficou marcado como um período turbulento na história política do Maranhão. Tempos após a sua saída da província, em dezembro de 1824, enfrentou uma série de acusações, às quais acabou sendo absolvido em 1826. Entretanto, as acusações refletem os principais conflitos que ocorriam naquele momento e expunham as maiores controvérsias de Bruce. A ele foi atribuído a responsabilidade de toda a desordem e violência do momento, sendo acusado de: ser o motor e consentir com a perseguição política, os chamados “lustros”, premiando seus autores; dilapidar a Fazenda Pública; e ser partidário do sistema democrático, tendo planos de proclamá-lo no Maranhão em outubro de 1824 (Galves, 2015, p. 253-254).

Durante os anos em que esteve à frente do governo da província, Miguel Bruce passou por um gradativo isolamento, em primeiro lugar com o desgaste da aliança com as parentelas Burgos e Belfort, mas que, com o desenrolar dos acontecimentos, ampliou-se para a maioria dos proprietários, comerciantes e todos aqueles que, de algum modo, poderiam se prejudicar com as vicissitudes políticas, ou que as temiam. O auge de sua rejeição se deu quando, em maio de 1824, a Junta em que era presidente foi destituída por decisão de uma Câmara Geral instituída para apurar as denúncias de que era republicano. Ao ser derrotado, Bruce teria recorrido a alguns setores fiéis das tropas e a presos, que soltara da cadeia pública, conseguindo retomar o poder no dia 5 de junho.

Algum tempo depois, acontecimentos como o citado renderiam a ele a alcunha de “amigo dos pretos” na imprensa do Maranhão e do Rio de Janeiro. Devido a desgastes como este, Miguel Bruce foi responsabilizado pelos principais problemas da província. De um lado e outro nas disputas entre os diferentes grupos em litígio que se intensificam nos debates dos anos seguintes, seu nome passou a ser um insulto aos opositores que se queria afrontar.

Por isso é que em novembro de 1824, na tentativa de acalmar os ânimos, o almirante Cochrane retorna ao Maranhão para depor o presidente de província e confere o cargo a Manuel Telles da Silva Lobo¹⁵. Contudo, novas disputas ganhavam destaque na política do período, principalmente depois da chegada de Pedro José da Costa Barros¹⁶, em 5 de fevereiro de 1825, recém nomeado pelo imperador para presidir o Maranhão. Barros foi impedido de tomar posse do cargo por Cochrane, que o acusou de ser partidário da facção portuguesa, e por isso só conseguiu assumir a presidência em agosto de 1825. De todo modo, mesmo com a chegada de

¹⁵ Manuel Telles da Silva Lobo foi presidente de província após a saída de Miguel Bruce. Meses antes havia sido secretário do governo e foi escolhido por Cochrane por já ter tido contato e conhecer a administração.

¹⁶ Pedro José da Costa Barros era cearense, militar de carreira e atuou como deputado nas Cortes portuguesas e, posteriormente, na Assembleia Constituinte. Ocupou por pouco tempo a presidência da província do Ceará, tendo sido nomeado já em dezembro de 1823 para presidir o Maranhão (Galves, 2011, p. 109).

novos nomes na cena política, será possível perceber conflitos que trazem à tona dissensos de antes de 1825, mobilizando as ideias de “brasileiros” e de “portugueses”, geradas a partir da adesão.

1.2 O debate entre “brasileiros” e “portugueses” no Maranhão do Primeiro Reinado

Como visto, a adesão aumentou o clima de efervescência política que a província passava. Todas as disputas decorrentes da inauguração do novo momento apresentado fomentaram um ambiente não muito favorável a alguns indivíduos que possuíam certa influência no período anterior. Muitos personagens que ocupavam um local de prestígio tempos antes, sobretudo os que apresentaram resistência direta ao projeto de Independência, foram considerados “portugueses” e se tornaram o foco do antilusitanismo¹⁷ que emerge a partir de então, sofrendo com confiscos, expulsões, ou mesmo com a perda de empregos públicos.

Antes mesmo da primeira¹⁸ chegada de Cochrane, em julho de 1823, já se levantava preocupações quanto a integridade das propriedades. Ainda em 1822, o recém instituído governo brasileiro, liderado por D. Pedro, havia instaurado um decreto que outorgava os sequestros de bens dos portugueses. O decreto de 11 de dezembro daquele ano estabeleceu que “seriam passíveis de sequestro as mercadorias das alfândegas, os prédios rústicos e urbanos e embarcações pertencentes a negociantes do Reino de Portugal” (Ribeiro, 2011, p. 186), procedimento definido como necessário para a segurança do país. Assim, quando o almirante chega à província, uma das providências tomadas por ele foi confiscar propriedades que comprovadamente eram pertencentes àqueles que integravam o “partido inimigo”, sujeitas agora ao governo brasileiro. Muitos chegaram a reclamar prejuízos ao Estado, anos mais tarde, na Comissão Mista Brasil-Portugal¹⁹, instaurada em 1827.

Dias depois da adesão, precisamente em 15 de setembro, uma Câmara Geral, composta apenas por “bons homens brasileiros”, foi convocada para discutir os episódios recentes (Araújo; Galves, 2022). Entre as deliberações feitas, estava a expulsão de alguns “portugueses” que notadamente se opuseram à Independência, considerados ainda como nocivos a província

¹⁷ A ideia construída em torno desse termo foi carregada de um sentimento nacionalista, descontextualizado da experiência vivenciada ao tempo da Independência. Segundo sugere Gladys Sabina Ribeiro (2022), esse fenômeno envolve questões mais amplas e relativas à política, tornando o local de nascimento um fator secundário. Na realidade, esses episódios consistem na oposição política àqueles que, lidos a partir daquele momento como “portugueses”, representavam empecilhos à vida cotidiana e ao acesso a espaços de poder de “homens bons” e “brasileiros”, como é o caso daqueles que, na província, tinham ligação com a antiga administração.

¹⁸ Lembro, retornaria à província no final de 1824.

¹⁹ Para saber mais sobre a criação e atuação da Comissão Mista Brasil-Portugal, ver Gladys Sabina Ribeiro (2007, 2011).

e ameaça ao sossego público. Dezoito indivíduos foram julgados nominalmente, alguns foram expulsos da cidade ou da província, outros perderam o direito de ocupar cargos públicos, entre outras determinações. Entre os sentenciados estavam comerciantes, alguns militares, clérigos, funcionários públicos e um redator (Araújo; Galves, 2022). A presença do publicista Antonio Marques da Costa Soares, um dos redatores do jornal *Conciliador do Maranhão* entre os anos de 1821 e 1823, chama a atenção na lista de sentenciados feita pela Câmara. O jornal que redigia havia deixado de circular cinco dias antes da incorporação oficial do Maranhão ao Império.

Costa Soares acumulava muitas funções e grande influência na conjuntura anterior à adesão. Durante a administração de Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca (1819-1822) trabalhou no Teatro União, foi primeiro secretário do governo, isso tudo para além de sua conhecida atuação no *Conciliador*²⁰. Por isso, não surpreende que fizesse constantes defesas da administração de Pinto da Fonseca e o associasse à ideia em voga de constitucionalismo em sua folha. Como visto, através de seu jornal, também se manifestou ativamente contrário à integração ao Império do Brasil e assumiu sua participação contra o exército independentista nos dias antes da adesão (Galves; Basílio, 2022). A sua expulsão indica tanto a definição que o termo “português” começava a adquirir a partir daquele momento, quanto a importância da imprensa na difusão de conceitos, ideias e identidades políticas.

O olhar atento a eventos como os confiscos de bens e as determinações da Câmara pode revelar percepções novas sobre os conflitos ocorridos no período posterior a adesão. Em primeiro lugar, eles explicitaram as categorias de “brasileiro” e “português”, no âmbito das disputas no Maranhão. Os conflitos que ocorrem a partir desse momento mobilizam esses dois termos de forma constante, e expressam a própria indefinição do momento político vivido na província, remetendo a questões muito mais profundas que o local do nascimento.

Em seu estudo sobre a formação da identidade nacional, partindo de uma perspectiva do Rio de Janeiro, Gladys Sabina Ribeiro (1997) aponta para o fato de que as ideias de “ser brasileiro” e “ser português” começaram a se manifestar como construções políticas desde a década de 1820 e mobilizaram intensas disputas durante todo o Primeiro Reinado. Contudo, ainda segundo a autora, a historiografia incorporou noções de “brasileiros” e “portugueses” que assumiam uma nacionalidade preexistente, mesmo nas interpretações que surgiram após a década de 1930 sobre o processo de Independência. Por conta desse fator, a existência de

²⁰ Sobre o personagem e sua atuação no *Conciliador*, ver o verbete elaborado por Marcelo Cheche Galves e Roni Andrade César de Araújo (2022).

conflitos envolvendo essas duas noções, quando não foi ignorada por completo, foi tratada como rivalidade entre “nação portuguesa” e “nação brasileira”, anteriormente definidas.

Da mesma forma, os estudos referentes à adesão do Maranhão repetiram essas considerações, impossibilitando o debate de algumas problemáticas relevantes para compreender esse momento de transição do mundo luso-brasileiro (Galves, 2010). Noutra frente, essa historiografia maranhense²¹, por muito tempo, reduziu os embates que se desenrolam nesse momento como conflitos ligados apenas ao interesse em empregos públicos (Araújo; Galves, 2022). A disputa por cargos é um elemento chave na experiência do poder público, e não há dúvidas de que os dois termos em voga, “português” e “brasileiro”, foram mobilizados nesse contexto, mas seu uso e surgimento no debate provincial tem significados mais profundos, e se prolonga por muito mais tempo (e por variadas razões) do que os meses imediatamente posteriores ao 28 de julho.

É cada vez mais evidente que as querelas políticas que se desenvolvem na província recém-integrada ao Império “giravam em torno da construção de uma definição de cidadania”, processo que se dava “a partir da oposição ao elemento português”, como sugere Roni Araújo (2018, p. 19). Por isso é que elas se mantêm contínuas durante mais de uma década, mesmo com as mudanças no governo da província, embora existissem momentos de diminuição ou de maior ebulição dessas discussões. A justificativa ligada aos empregos públicos e a noção que vincula esses debates meramente ao local de nascimento não é suficiente para compreender as nuances dos processos vividos no Maranhão do Primeiro Reinado, que a partir daquele momento começaria a se inserir em debates ligados a cidadania e garantias constitucionais, ancorados pelos direitos assegurados na Constituição de 1824 aos residentes em território brasileiro.

Segundo Robert Rowland (2003, p. 372), as noções de “brasileiros” e “portugueses”, para aquele momento de transição luso-brasileira, tem sentido político e fazem parte das estratégias discursivas de legitimação da Independência e da construção do Estado. Isso porque a dificuldade de formular uma identidade nacional que abrangesse uma população permeada por contradições sociais tornou necessário ressaltar as diferenças entre Brasil e Portugal (Rowland, 2003, p. 365-388).

²¹ A historiografia maranhense ligada ao processo de independência foi, até as primeiras décadas do século XXI, praticamente reduzida às produções de Luís Antônio Vieira da Silva (1862) e Mário Meirelles (1972), que interpretavam o processo ocupados com a questão da “libertação do Maranhão”. A primeira contribuição que trazia renovações sobre o tema e contrapunha a interpretação anterior foi a de Matthias Assunção (2005), e nas últimas duas décadas o campo passou por grandes avanços decorrentes da ampliação de uma historiografia profissional no Maranhão. Cf. Marcelo Galves (2023).

Os apresamentos realizados por Cochrane, por exemplo, já demonstram o início dessas discussões. O apresamento só pode ser justificado através da ideia de “presa de guerra”, guerra mobilizada contra os “portugueses”, para a suposta “segurança do projeto imperial”. É necessário mobilizar uma ideia de “português” que contrarie a de “brasileiro”, e que nesse caso, foi utilizada com fim político (e econômico). No mesmo sentido caminham as sentenças dadas pela Câmara Geral no dia 15 de setembro de 1823, que atingiram os “portugueses” definidos como uma ameaça ao novo sistema.

Esses personagens apresentavam vínculos muito estreitos com a administração deposta e, em alguns casos, nutriam certa inimizade com os que passaram a ocupar o poder político, o que ajuda a entender as “condenações”. Comerciantes como Manoel Duarte Godinho, Antônio José Meirelles e João José de Almeida Júnior, por exemplo, estiveram presentes de forma intensa no combate à ideia de integração ao Império do Brasil, patrocinando as festas de juramento à Constituição de Portugal, compondo tropas voluntárias de resistência, entre outras formas de se posicionar que fossem contrárias a uma possível ruptura com o reino português (Araújo; Galves, 2022) e, sob essa justificativa, naquele momento eram expulsos. Similar era o caso do redator Costa Soares que, às vésperas da adesão, conclamava a todos para unir forças contra as tropas independentistas e que, desde as notícias do grito do Ipiranga, posicionava-se veementemente contrário ao “despotismo” do Sul, representado pela figura de D. Pedro, nas páginas de seu periódico, que tinha ampla circulação em toda a província e fazia parte de um conjunto político bem definido.

Desta feita, com a oportunidade aberta a partir da inauguração de um novo momento político, os rivais diretos desses personagens passariam a mobilizar a ideia de “português nocivo” para dar seguimento ao jogo político, formulando também noções que seriam acionadas no debate pelos direitos constitucionais nos anos seguintes, dando corpo a questão de quem e do que é ser cidadão no estado em construção. E isso passa diretamente pelos ofícios públicos, mas não se encerra neles.

É importante também frisar que esse grupo político recém-formado não é homogêneo. Os diferentes personagens que o compunham em muitos momentos divergiam, questão que se verifica ao longo de todo o período analisado no trabalho. Nem sempre as desavenças eram tão explícitas, mas são perceptíveis através das argumentações, e decorrem das diferentes maneiras de se relacionar, sociabilizar e experienciar a política dentro da província, questões que envolvem aquele tempo e também o passado, momentos anteriores à adesão.

As principais produções acadêmicas sobre o tema ressaltam o período de afastamento dessas figuras – aquelas definidas como “portugueses” – da cena econômica e política da província entre 1823 e 1824, e sua gradual reintegração²² a partir de 1825, sobretudo a partir do segundo semestre. De acordo com as mudanças na administração provincial, havia momentos em que o diverso grupo de “portugueses” conseguia se estabelecer em posições de prestígio dentro da sociedade maranhense, e outros em que precisava se afastar da cena pública devido ao momento político, desfavorável a sua atuação.

Em 1824, o governo de Miguel Bruce foi um dos momentos desfavoráveis aos “portugueses”, como fica explícito pelas acusações de apoio aos “lustros”²³ feitas a Bruce e pelos decretos de abril de 1824. Através de dois ofícios, a administração da província exigia que:

Todo europeu solteiro, seja ou não proprietário, [que] deve sair desta Cidade impreterivelmente no prazo de 15 dias, e os que vivem fora dela no prazo de um mês contado da data deste, pena de serem presos e remetidos para fora da Província. E para que chegue a notícia de todos será este publicado ao som de caixas e dele se remeterão cópias aos Comandantes dos Distritos (*O Censor*, 24 mar. 1825, n. 7, p. 108)²⁴.

Essas medidas causaram grande inquietação nos grupos em litígio, e parecem ter reforçado a ideia de que Bruce perseguia os “portugueses”, sobretudo os comerciantes, sendo culpabilizado frente a opinião pública não só pela desordem política, mas também pela crise econômica que a província vivenciava.

Já a partir de 1825 este quadro começou a mudar. Com a saída de Miguel Bruce em dezembro de 1824, novas disputas ganhavam destaque na política do período, principalmente depois da chegada de Pedro José da Costa Barros, em 5 de fevereiro de 1825, recém nomeado pelo imperador para presidir o Maranhão. Como já salientado, Barros foi impedido de tomar posse do cargo por Cochrane, que o acusou de ser partidário da “facção portuguesa”, e por isso só conseguiu assumir a presidência em agosto de 1825. Daí em diante esse debate se manteve e se ampliou, sendo percebido até, pelo menos, 1831. A imprensa, nos anos seguintes, passou a ser veículo para esses exaltados debates. Enquanto os redatores acompanhavam as disputas pela administração pública no Maranhão, as ideias de “português” e “brasileiro” se manifestavam em sua argumentação e caracterizavam parte importante dela.

²² O contexto da reintegração política se associou a um processo de incorporação simbólica da província e do conjunto de “portugueses” à nova organização política que se construía, com diversas manifestações, tanto em dimensão material quanto na imprensa, de apoio e reconhecimento ao novo regime. Para mais informações, ver Galves (2011) e Araújo (2018).

²³ O uso do termo “lustros” tem o sentido de agressões físicas feitas contra os “portugueses”.

²⁴ Notem que, quase um ano depois, a imprensa ainda repercutia esses episódios.

1.3 1825 e o surgimento da “imprensa portuguesa” no Maranhão

A imprensa luso-brasileira, com a influência do liberalismo difundido por meio da Revolução do Porto, em 1820, aos poucos passou a ocupar grande relevância no rumo dos acontecimentos políticos, caracterizando-se, assim como sugeriu Robert Darnton para a França revolucionária, como “ingrediente da vida pública”. Na primeira década após a adesão, embates como a “questão dos portugueses” se desenvolveram de forma muito acalorada também através da palavra impressa, como já foi exposto. Nesse sentido, a renovada historiografia maranhense²⁵ vem explorando essas definições – de “português” e “brasileiro” – repensando as noções atribuídas aos periódicos existentes nesse momento, para além da ideia de local de nascimento (Araújo; Galves, 2022).

É a partir de 1825 que essas distinções começaram a se manifestar na imprensa de forma mais expressiva, e nesse momento surgiu o primeiro periódico definido como “português”. Nos anos anteriores, entre 1823 e 1824, a atividade tipográfica da província deu sinais de enfraquecimento. Sabe-se pouco sobre as atividades da Tipografia Nacional durante esse período, mas se observa que o debate impresso sobre a política do Maranhão ganhou maior espaço em outros lugares, sobretudo na Corte (Ribeiro, 2022). Dentre os poucos impressos encontrados a nível regional, está a *Gazeta Extraordinária do Governo da Província do Maranhão*.

A *Gazeta* contou com seis edições que circularam entre 4 e 14 de agosto de 1823, outras três localizadas são de 19 e 29 de novembro e 13 de dezembro do mesmo ano (Galves, 2015). Com aparente regularidade, a *Gazeta* era publicada três vezes na semana. Ela se caracterizou como um jornal de caráter oficial e por isso o seu foco era a publicação de expedientes e ofícios do novo governo da província, porém, a folha também pode ser compreendida como um dos mecanismos simbólicos utilizados pelo governo provisoriamente estabelecido para a legitimação da nova ordem vigente (Ribeiro, 2022, p. 19-20).

A existência e circulação da *Gazeta Extraordinária* como expediente oficial da administração revela o lugar que a palavra impressa assumiu, tornando-se um elemento indispensável na prática da política, sobretudo após 1820. Contudo, a dispersão da atividade tipográfica no primeiro ano após a adesão indica as limitações dessa ferramenta dentro da conjuntura política marcada por grande agitação e variabilidade. Não há uma explicação

²⁵ As transformações no estudo da Independência e do Primeiro Reinado reverberaram nas produções a nível local. Marcelo Cheche Galves (2010), Roni César Andrade de Araújo (2018) e Luísa Cutrim (2017) são alguns dos nomes que fazem parte dessa renovada historiografia maranhense sobre o tema.

definida para o funcionamento esparso da Tipografia²⁶, mas é possível que a instabilidade do momento tenha dificultado uma produção de materiais impressos de maior fôlego.

Em contraste com o ano anterior, em 1825 a atividade tipográfica da província apresenta maior força. Neste ano, tiveram início os jornais *O Amigo do Homem*, *Argos da Lei* e *O Censor*, que reverberavam as questões que afetavam a província, e em muitos momentos entraram em intensos debates, defendendo posições distintas sobre a movimentação política do momento. A partir dessas folhas, a discussão entre “brasileiros” e “portugueses” toma corpo na imprensa periódica do Maranhão, ganhando contornos cada vez mais explícitos, e tornando seus redatores os maiores representantes desses embates.

No dia 1 de janeiro²⁷, João Crispim Alves de Lima publicou a primeira edição do jornal *O Amigo do Homem*, seguido por Manuel Odorico Mendes, que lança em 7 de janeiro a folha *Argos da Lei*²⁸. Semanas depois, no dia 24 do mesmo mês, João Antônio Garcia de Abranches se introduz na imprensa periódica por meio do *Censor*, posteriormente intitulado como *O Censor Maranhense*²⁹. Nos três jornais é possível perceber, direta ou indiretamente, estratégias políticas e discursivas para inserir o grupo “português” na nova ordem vigente, configurando a imprensa como um importante mecanismo utilizado na disputa pelo poder. Parafraseando Darnton (1996), o acesso a palavra estava ligado ao acesso ao poder.

As pesquisas ligadas à atividade tipográfica maranhense durante o ano de 1825 exploram *O Censor* como o principal representante dos “portugueses” para aquele momento, assumindo Garcia de Abranches como mais expressivo rival de Odorico Mendes – bem como do presidente de província Manuel Telles da Silva Lobo no primeiro semestre de 1825. Todavia, ao menos cronologicamente, o *Amigo do Homem* foi a primeira folha associada ao grupo político definido como “português”, circulando na província desde janeiro de 1825, até 1827.

O estudo do *Amigo do Homem* em seus primeiros dois anos de circulação é dificultado pela inexistência quase total de edições preservadas, existindo apenas o n. 5 de 16 de julho³⁰ de

²⁶ Sabe-se que em 1823, logo após a adesão, o então responsável pela Tipografia, José Leandro da Silva Sousa precisou sair de São Luís. A partir daí, são poucas as informações sobre a Tipografia até o fim de 1824 (Ribeiro, 2022, p. 18).

²⁷ Na edição de 13 de janeiro de 1827 o redator do *Amigo do Homem* faz menção à edição citada, e não localizada: “Assim como em o n. 1 deste periódico do 1º de janeiro de 1825” (*Amigo do Homem*, n. 4, 13 jan 1827, p. 1). Amparada também pelas discussões levadas a cabo no trabalho de Roni Araújo (2018), pode-se concluir que se trata do início oficial da folha.

²⁸ O *Argos da Lei* se caracterizou por ser uma folha pautada na defesa da “causa do Brasil”, circulando na província desde de 7 de janeiro de 1825 até 10 de julho do mesmo ano, impresso pela Tipografia Nacional do Maranhão. O *Argos da Lei* foi o principal rival do jornal *O Censor*, de Garcia de Abranches.

²⁹ A mudança no título é feita a partir do n. 8, quando Garcia de Abranches retorna a província após deportação, ordenada por Cochrane. Essa questão, retomada nos capítulos seguintes, exige atenção.

³⁰ O jornal *Amigo do Homem* realizava a contagem de edições por semestre, reiniciando a cada seis meses. Então a edição de 16 de julho de 1825, seria a 5 do segundo semestre, como indica o frontispício do jornal.

1825, preservado em microfilme na seção de periódicos da Biblioteca Nacional e indisponível em acervos digitais. Mas as formas de circulação e as interlocuções que Garcia de Abranches e Odorico Mendes mantiveram com João Crispim são alguns aspectos que apontam para circulação regular da folha entre 1825 e 1826, bem como as referências feitas desde o início de 1827 a edições de anos anteriores (Araújo, 2018). Como exemplo, em dezembro de 1827, ao anunciar seu afastamento da folha, Crispim agradece ao “Respeitável Público”, o “bom acolhimento que pelo espaço de três anos fez” a essa folha (*Amigo do Homem*, n. 47, 12 dez. 1827, p. 276), dentre outras referências feitas pelo autor. Por conta desses motivos, o que pode ser discutido sobre o *Amigo do Homem* para o ano de 1825 é percebido apenas pela interlocução que os jornais *Argos da Lei* e o *Censor* fazem com esta folha, ao responder os tópicos abordados através dela.

As páginas do *Argos* teciam, em geral, críticas ao *Amigo do Homem*, enquanto o *Censor* tendia a se referir de formas positiva a Crispim e sua folha. É o que faz Garcia de Abranches já na primeira edição ao se referir a um prospecto³¹ do *Amigo do Homem* publicado em 17 de setembro de 1824:

Pelo conhecimento que temos a bastante anos de seu ilustre A. [autor] cuja conversação sempre nos foi apazível pela sua vasta erudição, não temos dúvida a esperar, que [...] desempenhe o majestoso título que adotou a seu periódico *O Amigo do Homem*, ilustrando o público com todas as matérias que promete no mesmo periódico expender (*O Censor*, n. 1, 24 jan. 1825, p. 5).

O *Censor*, colaborador do *Amigo do Homem*, também buscava se incorporar a nova ordem através da defesa da preservação dos direitos do grupo que recebeu a alcunha de “inimigo da Causa do Brasil” após 1823, sobretudo o de serem reconhecidos politicamente como brasileiros no contexto do novo sistema. A Constituição outorgada em 1824 estipulava que poderiam ser naturalizados como brasileiros os portugueses que houvessem jurado a Constituição ou tivessem aderido à “Causa do Brasil” de forma tácita, isto é, ao continuar morando no país.

Para o *Censor*, este elemento servia como um importante argumento para a defesa da igualdade de direitos e fim das inimizades entre “portugueses” e “brasileiros”. Por isso, ao longo de 1825, o redator denunciou constantemente as violências que julgava serem praticadas contra os “portugueses” e apelava para a união de todos os “brasileiros”, nascidos no Brasil e em Portugal, e para o fim das discórdias. Postura semelhante irá adotar outras folhas de orientação

³¹ Antes de 1825, o jornal conta com um prospecto, uma edição inicial antes do lançamento da folha, prática comum no século XIX. Segundo Garcia de Abranches, o jornal começaria assim que a situação política do governo de Miguel Bruce tivesse terminado (*O Censor*, n. 1, 24 jan. 1825).

“portuguesa”, como se verá. Em contrapartida, o *Argos* interpretava todas essas denúncias como um exagero, mais uma história contada para enganar os “bons brasileiros”, uma vez que apagava todos os males que os “falsos constitucionais” causaram à província. Apesar do fim do *Argos* em meados de 1825, seu redator continuaria escrevendo impressos e discursos nos anos seguintes, que caminhavam na mesma direção.

Não foi por acaso que o *Censor* ocupou um lugar subalterno na memória sobre a imprensa maranhense construída nas décadas seguintes. Garcia de Abranches, ao ser lembrado, aparece a partir de Odorico Mendes, definido como sua antítese, a sombra do “grande brasileiro”, “patriarca” da imprensa maranhense (Galves, 2015). A maioria dos trabalhos e produções historiográficas que analisa sua atuação na imprensa, explora seu funcionamento a partir dos embates que travou com o *Argos*, em grande medida pela presença recorrente desse desafeto em sua argumentação. Mesmo assim, é muito recente a produção sobre a atuação de Abranches como publicista, levando em conta tanto as considerações feitas por ele no *Censor* quanto em outras obras já produzidas pelo autor. Abranches já havia publicado outro trabalho anos antes, o folheto intitulado *Espelho crítico-político da província do Maranhão* (1822). Inicialmente, a obra teria duas partes, mas apenas a primeira foi publicada, por razões ainda incertas. Indubitavelmente, para esse período, o redator ainda não correspondia ao “português” que contestava os interesses “brasileiros”, epíteto que seria atribuído a ele após a adesão e sua atuação no *Censor*. Mas essa reputação pode ter influenciado na recepção de sua carreira como escritor público (Galves, 2022, p. 11).

O início de sua carreira na imprensa periódica se deu em um momento em que a situação política da província se tornava mais favorável a execução de suas atividades políticas e econômicas. Durante a maior parte de 1825, estava em voga a discussão acerca do cargo de presidente de província, intensificada a partir de fevereiro desse mesmo ano. Após a deposição de Miguel Bruce da presidência da província, em dezembro de 1824, Cochrane nomeou Manuel Telles da Silva Lobo como presidente interino. Para o almirante, Lobo se caracterizava como um bom nome, pois não estava envolvido nas disputas de família existentes na região, mas ao mesmo tempo, era conhecedor dos principais assuntos políticos do Maranhão, uma vez que havia ocupado a posição de secretário do governo desde a segunda metade de 1824 (Galves, 2015).

Todavia, em 5 de fevereiro Pedro José da Costa Barros desembarcou no Maranhão, recém nomeado por D. Pedro I para assumir a presidência da província. A partir daí começa um conflito em torno da posse do cargo, na qual Abranches irá participar ativamente, sendo possível

observar o início dessa movimentação já no n. 3 do *Censor*, quando Abranches saúda a chegada de Barros. Já no n. 5 expõe o desrespeito à ordem do imperador por parte de Cochrane e Silva Lobo, com críticas que irão se agravar até o n. 7, que levará a sua deportação.

Para além do surgimento do *Censor* e de sua intensa argumentação, também acredito ser interessante perceber a movimentação do grupo “português” para integrar-se na dinâmica política provincial através das páginas do *Argos*, embora esse jornal tenha um perfil e público alvo bem definidos como “brasileiro”. A participação em listas de subscrições, entre outros formatos, caracteriza-se como um espaço de atuação política que estes importantes comerciantes “portugueses” utilizaram, e essas estratégias serão utilizadas por esses indivíduos como forma de participar da política local, e é possível encontra-la ao longo das páginas do *Argos*.

Em maio de 1825, por exemplo, Odorico veicula uma relação³² de pessoas que se comprometeram a contribuir mensalmente para o aumento da Esquadra Imperial. Antonio José Meirelles, Antonio José Gomes, Miguel Tavares e Manoel Antonio de Carvalho Oliveira são alguns nomes de destaque dentre as assinaturas. Manoel Lopes da Costa, apesar de não aparecer como signatário na lista, foi um dos agentes encarregados no estabelecimento da subscrição. Antônio José Gomes, comerciante considerado como “português nocivo”, não apenas assinou a relação, mas também foi um dos arrecadadores encarregados para o estabelecimento da subscrição. Alguns desses indivíduos compõem a lista dos expulsos da cidade em 1823, outros sofreram com os confiscos e tiveram prejuízos em seus negócios. Mas em 1825, esses indivíduos tentam, por meio das suas assinaturas, contribuir com o novo Estado.

Assim, é possível perceber que tanto o *Argos* quanto o *Censor* trazem à tona as transformações políticas e os novos termos inaugurados a partir da integração do Maranhão ao Império. Através do *Censor*, se vê o início dessa imprensa portuguesa, que introduz esses debates e passa a representar esse grupo político, recém-inaugurado, ao menos na imprensa provincial pós-Independência. E no *Argos* também é possível perceber, implicitamente, certas tentativas desses indivíduos de se associar politicamente ao novo governo e ao novo sistema, procurando se desvincular da ideia de “português” e “inimigo” do regime.

As discussões envolvendo as novas identidades políticas que se iniciam a partir daí continuam com grande fôlego mesmo após 1825, com a participação expressiva do grupo político “português” no debate impresso nos três anos seguintes. O *Censor* se estende até o ano

³² As subscrições podem ser consideradas uma novidade política introduzida na América portuguesa pela Revolução do Porto (Galves, 2019, p. 10), configurando uma das formas de participação política comuns para aquele momento.

de 1830, o *Amigo do Homem* continua até 1827, e mesmo após o fim dessa folha, seu redator, João Crispim, também irá redigir em 1828 o jornal intitulado *A Bandurra*, que será explorado nos capítulos seguintes. Além disso, novos nomes entram no cenário do periodismo do Maranhão, como é o caso de David Fonseca Pinto, estreando a folha conhecida como *Minerva*, que circula entre fins de 1827 e março de 1829, e que também pode ser caracterizada como defensora dos interesses “portugueses”.

Nos anos seguintes, João Antônio Garcia de Abranches, João Crispim Alves de Lima e David Fonseca Pinto serão redatores de destaque no contexto da argumentação desse grupo. Nos capítulos seguintes, o foco será a investigação dos posicionamentos manifestos por esses indivíduos que, ligados à administração e a vida pública da província antes da Independência, passaram a ser definidos como “portugueses”.

2. Imprensa “portuguesa”: principais debates e redatores

O segundo semestre de 1825 havia trazido novos ares políticos para aqueles indivíduos reconhecidos como “portugueses”. Os tempos da assinatura do *Tratado de Paz e Aliança entre Portugal e Brasil*, reconhecendo a Independência em 29 de agosto de 1825, bem como a posse do novo presidente de província, apontavam para um momento de reintegração “portuguesa” a partir daquele momento e, como indicam alguns daqueles publicistas, de aparente sossego. David Fonseca Pinto, futuro redator do jornal *Minerva*, chamou atenção para o novo momento de tranquilidade vivenciado pela província em soneto declamado publicamente em 12 de outubro de 1826: “Longe a peita, o suborno, a fraude, o crime. Já liberta entre nós se vê reluzente. A inocência, a virtude, a paz sublime” (*A fidelidade maranhense*, 1826, p. 65).

Algumas horas mais cedo, naquele mesmo dia, o Frei Joze do Sepulcro, em Oração Gratulatória, também afirmou:

Vós, Senhores, e eu temos fruído nesta Cidade e Província as doçuras de uma paz e de um sossego que não tem podido ser perturbado; tanto bem que se seguiu as oscilações inseparáveis de mudanças de sistema, é efeito da administração daquele a quem foi confiada a sorte desta província (*A fidelidade maranhense*, 1826, p. 43).

Esse e outros elogios ao momento político podem ser encontrados em algumas publicações da época, como é o caso do folheto *A fidelidade maranhense* escrito em 1826. De provável autoria³³ de João Crispim Alves de Lima (Galves, 2019), através dele o redator descrevia as festividades ocorridas em 12 de outubro daquele ano, feitas em homenagem ao aniversário e aclamação de D. Pedro I, ao aniversário da chegada na província da notícia do Reconhecimento da Independência, e do nascimento do Príncipe Imperial. O relato transmite um clima de união e harmonia em torno da nova ordem estabelecida no Maranhão, com o fim de todas as discórdias. De forma geral, as descrições dadas no folheto associavam a conservação dessa tranquilidade como obra do então presidente de província, Pedro José da Costa Barros, embora os anos em que decorreram seu governo, entre 1825 e 1828, também tenham sido marcados pela permanência do debate entre “portugueses” e “brasileiros” na imprensa da época.

Como visto, desde sua ascensão à presidência da província, Costa Barros foi figura envolta por discussões, verificadas pelo debate de fôlego entre *Argos* e *Censor*. Impedido de assumir o cargo por Cochrane até que este recebesse sua indenização pela Junta da Fazenda da

³³ O folheto *A fidelidade maranhense* não traz os dados sobre a autoria da publicação em suas páginas, mas se discute que sua provável autoria seja de João Crispim. O autor dá indícios de ter participado do processo de escrita do folheto em outros momentos na imprensa, como na edição n. 14 de 17 de fevereiro de 1827 do *Amigo do Homem*. Para entender melhor sobre esse personagem e a provável autoria do folheto, cf. Galves (2019).

província, o clímax da disputa se dá com a instauração da Lei Militar em 10 de março pelo almirante e a saída de Costa Barros do Maranhão, para o Pará. Para o redator do *Censor*, a participação nessa querela resultou em sua deportação, dado o tom das críticas feitas a Cochrane e ao presidente de província. Garcia de Abranches defendia a imediata posse de Costa Barros, nomeado pelo imperador para ser presidente de província desde o fim de 1824, e alegava que o impedimento de sua atuação representava desobediência às ordens imperiais, o que colocava Cochrane e Manuel Telles da Sylva Lobo em situação delicada. Do n. 5 em diante, Abranches tece duras críticas à permanência de Lobo e a seus apoiadores.

É importante frisar que a disputa entre Cochrane e Costa Barros foi um fator que reforçou o uso do adjetivo “português” como um adversário político a ser combatido (Galves, 2015, p. 331). Dentro das argumentações feitas por Cochrane, estava a ideia de que Costa Barros era conhecido membro da “facção portuguesa”, mal-intencionado e dominado por um espírito de discórdia e inimizade. Já Odorico Mendes, apoiando as decisões de Cochrane e Silva Lobo, chama tal figura de imprudente, inadequado para governar diante de sua postura, principalmente em “crises tão arriscadas” (*Argos da Lei*, 25 mar. 1825, n. 23, p.1), assumindo a existência de dois “partidos”, e a preferência de Costa Barros em dar ouvidos a um deles, fazendo referência aos “portugueses”, ao qual intitula como “malévolos”.

Em contrapartida, a lógica de argumentação que se verifica em periódicos e folhetos como o *Fidelidade maranhense* tenta negar a existência de qualquer rivalidade. A publicação, escrita por um “português”, mobilizava diferentes discursos e referências políticas, e expressava visões do passado, do presente e do futuro que concorriam diretamente com as mobilizadas por Cochrane e por Odorico. João Crispim, ao narrar em detalhes as comemorações do dia 12 de outubro, exprime o desejo de retratar o Maranhão como fiel ao Império do Brasil e de associar a ideia de tranquilidade pública à província naquele período, após momentos que julgava terem sido de “intensa desordem política”. O Maranhão, nesse discurso, tornava³⁴ a ser uma fiel, respeitável e tranquila província, o que se exemplificava pelos festejos do dia 12 de outubro, em que estavam juntas todas as classes e “partidos”, celebrando os mais “augustos” e sagrados objetos. Não há qualquer menção às rivalidades e grandes dissensos de meses antes. Em 1826, segundo Crispim, tudo indicava a concórdia em torno do nome de D. Pedro e do grandioso Império Brasileiro.

³⁴ No contexto dessa argumentação, a província voltaria ao cenário de tranquilidade pública que já desfrutou um dia através desse novo tempo, em que todos os cidadãos, “brasileiros” e “brasileiros transatlânticos”, estavam unidos em torno do bem comum do Império e da província.

A *fidelidade maranhense* transpunha para o momento vivido as representações de passado do conjunto de “portugueses”, ressaltando a união entre “brasileiros” e “brasileiros transatlânticos”, “povos irmãos”, de mesma origem. Esse tipo de expressão é uma das formas de compor o discurso que integra esses indivíduos à vida política da província e justifica suas atuações no tempo presente, e se expressa em outros impressos do período. Caminhando no mesmo sentido é que Abranches veicula, meses antes, a proclamação de Joaquim de Souza Martins, ressaltando que “[...] a Pátria do homem de bem é todo o mundo” (*O Censor*, 8 fev. 1825, n. 3, p. 45), por isso, todos eram “brasileiros” e concidadãos, e todos ansiavam e obravam para o bem e a grandeza do Império. À medida que se explora os jornais e folhetos “portugueses” entre 1825 e 1828, essa argumentação se torna evidente, questão que será trabalhada ao longo do capítulo.

Verifica-se que, de forma geral, essa ideia de “boa ordem” se vinculava diretamente a sistemática reintegração³⁵ dos “portugueses” que, de volta a ocupar lugares de influência, celebravam os “tempos de sossego” da província. Em meados de 1825, já circulavam e trabalhavam na cidade figuras que haviam sido expulsas em setembro de 1823; muitos “portugueses” que perderam ofícios naquele mesmo ano, sob a acusação de serem “inimigos da causa brasileira”, conseguiram retomar seus cargos entre outubro e dezembro de 1825 (Galves, 2011, p. 109).

Entre os homens de imprensa essa reintegração também se manifesta, como é o caso do *Censor* que, tendo sido deportado meses antes, retorna já em fevereiro de 1826, e seu jornal passa a ser impresso na Tipografia Nacional do Maranhão. João Crispim é outro exemplo digno de nota, ainda que não tenha sido expulso no contexto da Independência. Como redator “português”, se encarrega de participar ativamente e de descrever as celebrações públicas ocorridas em 1826, mantém circulando na província com certa regularidade os jornais *O Amigo do Homem* (1825-1827) e *A Bandurra* (1828), ambos impressos pela Tipografia Nacional do Maranhão, instituição em que este, em 1827, ocupa o cargo de diretor. Além disso, seus jornais coexistiram com outros de mesma orientação e semelhante relevância, o *Censor* (1825-1827) e a *Minerva* (1828), ocorrência que evidencia certa força política de seu grupo - ainda que pudessem existir clivagens entre os “portugueses” da província - para aquele momento, favorável a atuação pública de seus “partidários”.

³⁵ Pelo fato de a reintegração ter sido consolidada por Costa Barros, a ideia de tranquilidade pública também aparece muito atrelada a ele.

Presentes e atuantes, o conjunto de “portugueses” buscou formas de defender e legitimar os espaços agora reocupados, e questionados constantemente por seus opositores políticos. Nesse sentido, os esforços deste capítulo se concentram em traçar um panorama do periodismo “português” e do debate político movimentado por esse grupo entre 1827 e 1828, observando o que unia os principais jornais desse período bem como seus desacordos. Com essa finalidade, será apresentado, em um primeiro momento, o conjunto de impressos portugueses que circulavam neste período, de forma que seja possível apreender as estruturas e perfis dos jornais, além de suas semelhanças e diferenças; na sequência, a proposta é debater algumas das principais preocupações destes redatores ao publicarem seus textos, através de argumentações que revelam o interesse em defender o acesso desses indivíduos a postos de influência.

2.1 Breve panorama do periodismo “português” entre 1827 e 1828

Como já mencionado, a publicação regular dos jornais *Amigo do Homem*, *Bandurra* e *Minerva* aponta para o crescimento do grupo “português” na cena pública do Maranhão. Ao considerarmos os principais jornais entre os anos de 1827 e 1828, cinco ao todo³⁶, quatro eram de orientação “portuguesa”, levando em conta as duas edições esparsas do *Censor*³⁷.

O primeiro deles, apesar de ter iniciado em 1825, tem seu estudo concentrado no ano de 1827 pela condição de preservação das edições, questão já apresentada no primeiro capítulo. O *Amigo do Homem* tinha periodicidade regular, sendo publicado duas vezes por semana, às quartas-feiras e aos sábados, sem faltas ou atrasos. Sua lógica se dava em numeração contínua, estrutura presente também em outros jornais do período, e funcionava em ciclos semestrais. Por meio da folha, seu redator, João Crispim Alves de Lima, defendia os princípios constitucionais e o liberalismo, associando essas referências e concepções políticas à administração provincial, apresentada sobretudo pela figura de Pedro José da Costa Barros, e também à figura de D.

³⁶ Para aquele momento, além dos quatro jornais apresentados, era redigido o *Farol Maranhense* pelo professor José Candido de Moraes e Silva. Iniciado em 26 de dezembro de 1827, era o opositor de fôlego do grupo “português” na imprensa daquele período, posicionando-se ativamente contra a administração provincial de Costa Pinto e adotando um discurso antilusitano. O jornal funcionou regularmente até abril de 1831, teve uma pausa devido as agitações da Setembrada, e voltou nos anos de 1832 e 1833, sob redação de João Francisco Lisboa.

³⁷ O *Censor* configurou-se como um jornal marcadamente de opinião, em que Garcia de Abranches expunha suas concepções e refutava doutrinas que considerava “malévolas”, e isso parece ser a motivação para a sua periodicidade irregular, especialmente após o retorno da deportação, no final de 1825. O redator não se compromete com assinantes, nem com anúncios, e é provável que pelo mesmo motivo, não trabalhe com uma periodicidade rígida, sob a justificativa de ter sua pena livre, manifestando-se quando sente a necessidade de vir a público. Fato que reforça essa percepção é a sua longa pausa a partir de março de 1827, em que o redator decide desfrutar de aposentadoria e suspende o jornal. Sua volta se dá em outubro de 1828, combatendo doutrinas presentes no *Farol Maranhense*, que considerava incendiárias para o Maranhão. Publica apenas duas edições nos anos de 1827 e 1828.

Pedro, defendendo seu direito ao trono português, celebrando a criação da Carta Constitucional, e elogiando sua atuação como Imperador do Brasil. O jornal, ao longo de seis páginas em cada edição, acompanhou diversas disputas que se desenrolavam no Brasil e em Portugal no período de sua publicação, como o andamento da Guerra da Cisplatina³⁸. Também eram publicados vários expedientes do governo. A essa época Crispim já dirigia a Tipografia Nacional do Maranhão.

Mesmo com o sucesso da folha, considerando sua longa duração e publicação regular ao longo de três anos, Crispim comunica ao público o encerramento do *Amigo do Homem* em dezembro de 1827³⁹ e alguns números mais tarde, em seu n. 51 do dia 26 do mesmo mês, informa a inauguração de novo jornal, intitulado *A Bandurra*. Em seu anúncio, afirma que o novo jornal seria mensal e contaria com duas partes, para que fosse possível cumprir com as duas principais missões do periódico: “lançar o ridículo sobre o que o merecer, pois este é quase sempre o modo de evitar certos defeitos” e demonstrar que “sem sujeição, sem obediência, e respeito às leis, que sem exata execução delas, não pode haver paz e tranquilidade no corpo social” (*Amigo do Homem*, n. 51, 26 dez. 1827, p. 300). A nova folha teve início em 15 de janeiro de 1828 e findou em 31 de dezembro de 1828, funcionando pelo período de um ano, acumulando um total de 21 edições.

Em outras palavras, sua intenção era opinar sobre doutrinas e acontecimentos da política provincial e imperial, “em tom maior ou menor, conforme a graduação dos objetos” (*Amigo do Homem*, n. 51, 26 dez. 1827, p. 300), e de assumir uma responsabilidade pedagógica, como formador da opinião pública, ensinando noções da política, como as ideias constitucionais, o funcionamento das eleições, Assembleias Legislativas, entre outros aspectos ligados a ideologia e burocracia do Estado em construção. Marco Morel sugere que, como resultado da modernidade política ocidental do início do XIX, a imprensa de opinião popularizou a figura do redator como um “portador de uma missão ao mesmo tempo política e pedagógica” (2003, p. 15). Assim, os “homens das letras” promoviam debates, impressos de combate ou de apoio a novas ideias e indivíduos, e através desses escritos, buscavam convencer os leitores das concepções as quais eram partidários.

Não se sabe as razões exatas que levaram João Crispim a encerrar o *Amigo do Homem*, tampouco as de inaugurar a *Bandurra*, seu novo jornal, mas as grandes diferenças na estrutura, estilo e periodicidade nos permitem fazer suposições acerca das intenções do redator com tais

³⁸ Conflito ocorrido entre o Império brasileiro e as Províncias Unidas do Rio da Prata pelo controle da região da Cisplatina, entre 1825 e 1828.

³⁹ *Amigo do Homem*, n. 47, 12 dez. 1827, p. 276.

mudanças. Em primeiro lugar, uma grande distinção está na periodicidade, que embora se pretendesse mensal, era de uma média de duas edições ao mês, enquanto seu jornal anterior tinha estrutura mais rígida e era menos flexível em suas datas de publicação, que ocorriam duas vezes por semana. Além disso, a nova folha tinha um número de páginas muito maior, concedendo um grande espaço ao redator para discorrer sobre suas posições políticas. Seu maior número contou com 56 páginas⁴⁰, mas se manteve a numeração contínua.

A principal distinção está no tom que o redator adota nas duas folhas. De forma geral, Crispim é mais direto e assume um tom mais combativo na *Bandurra* que na maior parte das edições do *Amigo do Homem*. Ao longo de 1827, há alguns momentos de discursos intensos e mais exaltados a opositores em seu primeiro jornal, principalmente nas últimas edições, mas na *Bandurra* esse tipo de argumentação se torna bem mais frequente, sendo cada vez mais presente o argumento *ad personam*, que consiste na desqualificação do orador para a refutação de sua afirmação. Como sugere José Murilo de Carvalho (2000, p. 140), a formação intelectual de brasileiros já no início do século XIX contava com grande influência das lições de retórica, reforçada pela reforma pombalina e com influência da tradição cívica romana. O estilo retórico desse momento tem como forte característica a profunda relação entre argumento e o orador. A autoridade do orador, seja pelo prestígio ou por suas virtudes é um elemento que garante a legitimidade do discurso e o sucesso da afirmação. Por isso a prática de recorrer a autoridade de outros através das citações para legitimar as ideias expostas, e também de desqualificar os autores das doutrinas que se pretende refutar como formas de participar das discussões públicas (Carvalho, 2000, p. 137), ambas muito presentes nessa imprensa de opinião do início do século XIX, que também é uma imprensa de combate.

É possível supor que Crispim tenha sentido necessidade de mudar a estrutura de sua redação, e esse pode ter sido um dos fatores que contribuíram para o surgimento de uma nova folha, com estilo de redação mais livre, tal como a do *Censor* desde 1825, jornal com que Crispim sempre manteve uma interlocução e certo alinhamento. Nesse sentido, é válido destacar certa aproximação entre ambos em relação ao seu estilo conceitual. O *Censor* pode ter inspirado um estilo diferenciado à Crispim em seu novo jornal; considerando ainda que Abranches pausou sua carreira de escritor público em 1827, Crispim pode ter intencionado assumir esse papel na *Bandurra*, que já se inicia no ano seguinte. Antigos desafetos também são reprovados, como é o caso de Odorico Mendes, ex redator do *Argos da Lei* agora deputado na Corte e redator do jornal *Astrea*, e outros novos, como o *Farol Maranhense*, que se inicia em 1828.

⁴⁰ A *Bandurra*, n. 1, 15 jan. 1828.

Ao longo do mesmo ano, com orientação política semelhante, o redator do periódico *Minerva*, David Fonseca Pinto, buscava propagar as ideias liberais e os princípios da monarquia constitucional, além de estar alinhado à administração provincial do período e aos redatores da *Bandurra* e do *Censor*. O jornal teve sua primeira edição publicada em 29 de dezembro de 1827 e durou pouco mais de um ano, sendo finalizado em 5 de março de 1829. Ao todo foram publicadas 51 edições. Não foi possível ter acesso a todas as edições da folha, pois não existem números disponíveis deste jornal durante o primeiro semestre, apenas edições a partir do n. 28, datado de 31 de agosto. Neste mesmo número, o redator comunica que o jornal havia feito uma pausa no mês anterior. Sabe-se de sua existência e continuidade pelas interlocuções que mantinha e pelos avisos em outros periódicos, além da numeração contínua das edições. Em suas próprias palavras, seu intuito era o de “[...] instruir o povo, quanto podermos, arraigar-lhe no peito o verdadeiro amor da pátria, obediência às leis e adesão ao Monarca” (*Minerva*, n. 28, 31 ago. 1828, p. 168). Sob essa missão, o autor publicava matérias ligadas à política, letras e variedades, e procurava sempre trazer artigos de ofício que dessem conta de informar aos leitores a situação política vivenciada pelo Rio de Janeiro, por Portugal e pelo próprio Maranhão, comentando em seguida, em alguns casos.

Nesse propósito, se assemelha aos jornais de seu tempo (Morel, 2003). Também se enxergava como integrante de uma missão civilizadora, propagadora das luzes do progresso e da civilização. Em vários momentos, ilustrava aos seus leitores, em tom pedagógico, exemplos de práticas absolutistas e dos malefícios que considerava que este sistema poderia promover nas sociedades, como no trecho abaixo:

[...] os governos abusaram de sua autoridade, transtornaram os princípios mais santos que se haviam estabelecido, fizeram leis amoldadas a seus positivos e particulares interesses, reconcentraram em si a força e reduziram os governados ao maior apuro de miséria e desgraça, crendo que a natureza criara os homens desiguais, fazendo uns para senhores e outros para escravos⁴¹. Absurdo, ou delírio, este infernal em que caíram quase todos os antigos filósofos. [...] os vícios das leis, e a ambição e injustiça dos governos aluíram os alicerces das sociedades, e deram origem as ruínas dos antigos Estados (*Minerva*, n. 34, 16 out. 1828, p. 213-214).

O convencimento é uma característica relevante para estes redatores, demonstrando certa preocupação com a instrução pública. Um exemplo desse interesse é a preocupação que se vê nesses jornais com as eleições para a câmara geral dos deputados, que ocorreria naquele

⁴¹ É possível perceber que o intuito dessa afirmação não foi criticar de fato a estrutura que possibilitava o regime escravista. Ao contrário, trata-se de uma referência à relação entre soberano e súdito própria do absolutismo, vista por ele de forma pejorativa, em que o súdito se equipara a um escravizado. Contudo, a forma como cada setor da sociedade interpreta as ideias expostas é uma reflexão válida e muito relevante, visto que cada camada da sociedade tem sua forma de experienciar e compreender a política.

ano, como se verá. Estes redatores, “propagadores das luzes”, defendiam em suas folhas que a Constituição deveria ser clara, acessível a todos os povos, para que estes tivessem ciência de seus direitos – bem como dos limites deles – e dos seus deveres, e se colocavam também na missão de esclarecer essas questões. Nesse sentido, “[...] apresentavam-se como defensores da ordem e da moderação. Não se tratava de hastear a bandeira da Declaração dos Direitos Humanos, mas de prescrever os limites para tais direitos” (Morel, 2003, p. 29). Sempre é válido ressaltar que, a igualdade política e econômica entre os homens, também definida como preocupação liberal e constantemente defendida por esses redatores que se apropriaram desse vocabulário, encontra seus limites na questão da propriedade (que, como se verá, é muito relevante para compreender a própria questão dos “portugueses” no Maranhão), deixando de fora da equação o povo, a “populaça”. Assim, a missão de “propagar as luzes”, por mais liberal que fosse, tinha sempre o intuito da preservação da ordem vigente⁴².

Apesar das muitas questões que aproximavam os dois jornais, a *Minerva* possuía muitas diferenças em relação à *Bandurra*, e também ao *Censor*. Tinha sua periodicidade bem definida, sendo publicado semanalmente todas as quintas-feiras. A folha também era bem mais curta, contando, na maioria das edições, com apenas 8 páginas. O estilo do redator também se distinguia bastante. David Fonseca utilizava muito menos o argumento *ad personam* em sua folha que Crispim e Abranches, questão ligada não só ao seu estilo, mas também à sua concepção de imprensa, que pensava o jornal de forma mais concisa. As diferenças nos tópicos tratados e na argumentação podem apontar para as clivagens que existem no conjunto definido como “português”, e também para questões ligadas à ocupação do espaço público.

A fim de finalizar este breve panorama, cabe chamar a atenção para o fato de que a noção de “português”, que utilizo como unificadora deste grupo de periódicos ao longo do trabalho, é uma designação baseada no conjunto de movimentações políticas que se sucederam após a adesão e que marcaram o agrupamento desses indivíduos como elementos que carecem de distinção entre a totalidade da população, “brasileiros”, que viviam na província do Maranhão naquele momento. Em outras palavras, isso quer dizer que o fator que unifica esses indivíduos é a diferenciação atribuída a eles em decorrência da Independência, ou melhor, da adesão, e isso irá se refletir em suas argumentações e exposições nos jornais que redigem. Embora tivessem esse elemento comum, eram homens públicos disputando prestígio e o

⁴² É importante pontuar que as ideias liberais propagadas chegavam a diversos setores da população, devido a criação dos novos espaços de sociabilidade que estavam surgindo naquele momento (Neves, 2005). Nesse contexto, cada classe social é capaz de interpretar e mobilizar o novo vocabulário através de suas próprias referências, embora a premissa dos redatores não abrangesse esses diversos setores da população.

domínio no espaço impresso, o que abre margem para a possibilidade de atritos e dissensos diversos.

Ao observar atentamente os mais importantes representantes do que foi definido desde as primeiras produções históricas sobre a temática como impressos de cunho “português”, a maior parte dos discursos e retórica que os une retoma o momento político da adesão, como se verá. Isso também nos ajuda a perceber que este grupo não é necessariamente coeso nas defesas que realiza e nos indivíduos por quem advogam. Por este mesmo fator é que não há em nenhum destes jornais o uso da palavra “português” para se autodefinir. Pelo contrário, o comum é que todos esses redatores tentem se inserir na desejada designação de “brasileiros”, garantida a eles pela Constituição de 1824 e devidamente adquirida pela sucessão de demonstrações de apoio e adesão ao Império do Brasil, todas expostas sempre que possível em seus principais canais de comunicação, os jornais que redigiam.

2.2 A defesa pela participação política: a construção do espaço público e o apoio ao presidente Pedro José da Costa Barros

Ainda em 1825, logo quando iniciou sua folha, Garcia de Abranches sentiu a necessidade de argumentar em defesa de importantes “portugueses” na tentativa de promover na opinião pública a simpatia e o respeito pelos naturalizados. Naquele momento, seu rival político, Odorico Mendes, conhecido “brasileiro” e redator do *Argos da Lei*, escrevia contra a presença de “portugueses” nas guardas cívicas da cidade. Segundo Odorico era um risco enorme que “portugueses” contrários ao império e aos brasileiros estivessem envolvidos em funções públicas ligadas à segurança da cidade. Abranches deu sua resposta na segunda edição do *Censor*:

Eu tenho observado com mais circunspecção, que esses de vara e côvado que vocês me fizeram escandaliza-los, são os que tem dado um tom brilhante a esta cidade, que noutro tempo parecia uma aldeia de Kamecrãs. Eu fiquei pasmado quando aqui cheguei há poucos meses vindo de Coimbra [...] vendo tantos edifícios belos, e muitos que se vão fazendo, que tornaram esta cidade tão formosa (*Censor*, n. 2, 5 fev. 1825, p. 27).

Em sua réplica, o redator definia que, ao contrário do que sustentava Odorico, o conjunto dos “portugueses” era uma classe nobre e extremamente importante para o desenvolvimento e beleza da cidade. Sem a presença destes, a província continuaria no “barbarismo”, afastando-se cada vez mais da “civilização” que aqueles indivíduos haviam trazido para a região, “contribuição” que, para Abranches, era prova do interesse que tais indivíduos nutriam pelo progresso da província. Por meio da longa exposição que fizera naquela edição, sua intenção

era reivindicar os direitos que considerava possuir, inclusive o de ter acesso a cargos públicos; para tanto, valia-se de certa pedagogia constitucional. Como já visto, o conjunto de indivíduos considerados “portugueses” foi afastado da administração provincial e do serviço público em 1823 e perdeu parte do prestígio que possuíam nos anos anteriores, situação possível de ser verificada até 1825, quando se inicia uma retomada gradual desse grupo político a posições de influência.

Pedro José da Costa Barros, ao assumir a presidência da província em 31 de agosto de 1825, impulsionou o retorno dos “portugueses” à vida política e administrativa da província. O presidente do Maranhão, em comunicação com D. Pedro I, dizia-se de acordo com as solicitações de reintegração de antigos empregados, situação que levou à expedição da Portaria de 14 de outubro de 1825, ordenando a reintegração de alguns europeus a seus postos antigos tendo como critério não o local de nascimento, mas as provas públicas que esses indivíduos deram de aderirem ao Império do Brasil, prestando juramento à nova Constituição, entre outras demonstrações de lealdade ao imperador (Araújo, 2018, p. 213). Nessa conjuntura de acesso ao espaço público, consolidada em 1826, a argumentação de Abranches e de outros redatores “portugueses” passaria a glorificar tempos de maior tranquilidade pública e participação política, embora conservasse as mesmas controversas discussões de tempos anteriores.

Em que pese a nova administração provincial e a deliberação de uma maior flexibilidade na admissão de empregados públicos, as disputas entre “brasileiros” e “portugueses” prosseguiram, de tal modo que, para os escritores públicos que redigiam sob a pecha de “português”, era sentida a necessidade de defender a legitimidade de ocuparem aqueles espaços tanto quanto o *Censor* defendia em 1825, ano crucial para a consolidação dessa retomada; e talvez até de forma mais intensa, mesmo que muitos deles já estivessem novamente empregados, devido à continua contestação da administração provincial e das funções públicas levadas a cabo por seus rivais políticos.

A oposição a Costa Barros, já muito forte desde as disputas envolvendo a sua chegada na província e posse da presidência, como já mencionado, intensificou-se nas acusações, que persistiram até mesmo depois da saída do presidente, em fevereiro de 1828. Na imprensa da Corte – tendo em vista que a imprensa maranhense entre 1826 e 1827 não possuía nenhum periódico de oposição ao governo de Costa Barros e definido por uma “orientação brasileira”⁴³ – e na do Maranhão, a partir de 1828, o presidente era acusado de ter jurado a Constituição

⁴³ Aqui defino como periódicos de orientação “brasileira” aqueles que rivalizavam com os jornais “portugueses”, como foi o caso do *Argos da Lei* em 1825 e o caso do *Farol Maranhense*, a partir de dezembro de 1827.

“condicionalmente”, fator que explicaria as prisões arbitrárias⁴⁴ que teria realizado, segundo a oposição, para “saciar vinganças políticas”, e esclarecia as ações políticas em benefício dos “inimigos do Império”, que, de acordo com os mesmos opositores, sempre tramaram contra a causa da independência e deixaram os verdadeiros “brasileiros” que tinham lutado pela pátria de lado, distantes do poder público (Araújo, 2018).

Odorico Mendes e seus correspondentes acusavam Costa Barros de ter feito listas para que alguns indivíduos recebessem privilégios políticos e afirmavam que nelas continham apenas facciosos “portugueses”. Como expõe Roni Araújo (2018, p. 231), referente à questão militar, Odorico Mendes observava que os soldados brasileiros eram “obrigados a ter como seus superiores justamente os homens contra os quais lutaram durante a guerra pela adesão”, devido a quantidade de promoções a oficiais realizadas naquele período. Argumentações como essa reforçam dois pontos já mencionados: o primeiro, de que estes indivíduos “portugueses” se consolidam como um grupo político coeso (em certa medida) tendo como um ponto de união a adesão – e é por isso que o grupo costuma retomar esse momento da história política da província nos jornais que redigiam; o segundo, que a reintegração política desses “portugueses” se consolida no governo de Costa Barros.

Com o propósito de refutar afirmações feitas pela oposição, como a exposta anteriormente, e também de defender a administração de Costa Barros, Crispim publica no *Amigo do Homem*, na edição de 7 de março de 1827, longa defesa do presidente de província. Sobre as promoções militares, argumentou que a “aprovação e confirmação do Soberano prova que elas não foram feitas contra a Lei. Se assim fosse não seriam aprovadas e confirmadas” (*Amigo do Homem*, n. 19, 7 mar. 1827, p. 116), e anexou a certidão que atestava que as promoções haviam sido aprovadas por D. Pedro, juntamente com os requerimentos que fez ao coronel secretário da província referente a essa documentação. Em relação à suposta lista⁴⁵ feita por Costa Barros constando cidadãos honrados da província, Crispim afirma ter sido esse documento uma resposta ao pedido do imperador de lhe comunicar os bons funcionários que trabalhavam a serviço da pátria, fator independente do “local de nascimento”, anexando também a portaria de S.M.I que continha essa solicitação feita a Costa Barros. O redator também, falando por si e por seus correspondentes políticos, não perde a oportunidade de

⁴⁴ Logo em 1826, Costa Barros sinalizou para o governo imperial a suspeita de uma revolta e, por isso, comunicou a prisão dos ditos “anarquistas” e os enviou para a Corte. Por ter tomado essa medida sem que houvesse julgamento prévio, foi duramente criticado por parte da oposição e até mesmo por alguns “portugueses”. Cf. (Araújo, 2018).

⁴⁵ Roni César Araújo faz no terceiro capítulo de sua tese uma breve análise da lista enviada por Costa Barros ao Imperador. Cf. Araújo, 2018.

demonstrar seu apoio ao imperador e ao novo sistema. Nesse raciocínio, para confrontar as acusações, afirma:

Não há já partidos; a Nação Brasileira faz um Todo fiel a Causa que adotou, fiel ao Augusto Imperador que a governa, fiel à Constituição que jurou, enfim fiel a seus deveres. Pois uma fração, um punhado de indiscretos, todos ou maus não pode jamais prejudicar o caráter desta grande Nação que deve sua existência como tal ao imortal Pedro 1º (*Amigo do Homem*, n. 19, 19 mar. 1827, p. 115).

Nota-se que essa declaração tem o intuito de negar as acusações de “recolonizador”, “inimigo da Causa do Brasil”, comumente enfrentadas por este grupo, ao mesmo tempo em que reforça a aprovação do redator ao novo momento político. Também reafirma a ideia de unidade e de tranquilidade pública que os redatores “portugueses” queriam incutir naquele momento de reintegração, viabilizado pelo governo de Pedro José da Costa Barros.

Para compreender as ideias mobilizadas nas folhas “portuguesas” é preciso ter em mente alguns elementos. Em primeiro lugar, é importante considerar o quanto a defesa da figura de Costa Barros está imbricada à defesa do acesso aos espaços públicos, como é o caso dos empregos e promoções militares, no conjunto dos escritos feitos por esses redatores. Isso porque, grande parte das críticas mobilizadas contra este personagem estão embasadas na ilegitimidade da ocupação “portuguesa” em setores de influência na economia e na política, e isso não se esgota nos cargos públicos. Portanto, quando os redatores mobilizam algumas páginas a fim de defender o então presidente de província, não se trata apenas de preservar a honra de um “benemérito cidadão brasileiro” de vãs acusações e “perniciosas doutrinas”, mas de defender também as posições que retomavam, o que também se associa, no conjunto da argumentação, com a paz e o sossego público, embora houvessem críticas e embates políticos ocorrendo naquele contexto.

Uma boa forma de explicar o que motiva um grupo a defender certo conjunto de ideias ou “partido” e se aproximar de determinadas forças políticas é a categoria definida como *cultura política*. Como estabelece Serge Bernstein (2009, p. 31), entende-se por cultura política “[...] um grupo de representações, portadoras de normas e valores, que constituem a identidade das grandes famílias políticas e que vão muito além da noção reducionista de partido político”. Essas normas moldam a maneira como se posicionam os diversos grupos sociais sobre as questões relativas ao poder, e trazem consigo uma visão global do mundo.

Independentemente de sua pluralidade no seio social, todas carregam um conjunto de fundamentos filosóficos e referências históricas que servem de modelo e constituem a identidade dos indivíduos inseridos em determinada cultura política. Nesse sentido, utilizando

essas definições, podemos considerar que estes “portugueses”, inseridos numa cultura política que tem como fundamento o liberalismo proveniente da ilustração portuguesa⁴⁶, por meio da intelectualidade luso-brasileira e do constitucionalismo proporcionado pela Revolução Liberal de 1820, enxergam na conjuntura de 1826 marcada pelo governo de Costa Barros, o cenário característico em que foi possível estabelecer a paz, uma vez que este tempo marca a consolidação do retorno destes indivíduos à dinâmica provincial, de forma que conseguem a partir de então continuar e até mesmo alavancar suas atividades econômicas e políticas.

Outro aspecto interessante de observar é que o momento histórico que os une, em todas as argumentações políticas que fazem, é a adesão à Independência. É nesse momento que são definidos como um grupo político coeso por meio dos entraves a que são submetidos dentro da lógica de transformação da administração provincial. Essas são as referências históricas do conjunto intitulado politicamente como “português”. Por isso, em 1823 e 1824 está a materialização de todas as desgraças que poderiam ocorrer ao sossego público, tempo de anarquia, finalizado apenas a partir de Costa Barros, que devolveu a tranquilidade pública e encerrou as rivalidades políticas que atrasavam o desenvolvimento da província – embora não fosse essa a mesma visão da oposição⁴⁷, totalmente oposta à da “causa portuguesa” defendida nos jornais apresentados.

Perceber o funcionamento dessa argumentação se faz muito útil para compreender o que é dito nos jornais e as preocupações desse conjunto de “portugueses”, dentre elas, as eleições para a Câmara Geral dos Deputados, que entre 1827 e 1829 estava ocupada majoritariamente por seus rivais políticos. Em que pese a representatividade que readquiriram a partir de 1825 na imprensa maranhense, os membros da “causa portuguesa” sentiam ainda em 1828 a necessidade de lidar e responder a todo tipo de resistência à presença de seu grupo político em locais de influência. Isso porque, mesmo tendo menor expressividade na imprensa do Maranhão, os membros da chamada “causa brasileira” tinham certa representatividade política na Corte e compunham uma teia de comunicações existentes entre o Rio de Janeiro e o Maranhão. O *Farol Maranhense*, embora único, era um jornal de bastante fôlego, e Odorico Mendes, que havia

⁴⁶ A Ilustração, pensada a partir de Portugal, tem certas particularidades e começa a ganhar mais espaço em fins do século XVIII. Segundo Lúcia Bastos (2003), a partir de fins da década de 1770 se dá o surgimento e crescimento de um círculo de intelectuais luso-brasileiro, que se fundamentava num ideal de racionalização mesclado a certas tradições de Antigo Regime. Sobre as origens dessa cultura política ilustrada luso-brasileira, cf. Lucia Bastos (2003).

⁴⁷ A oposição, que tinha outras referências históricas, apresentava outra perspectiva. A adesão, para eles, era o momento em que o Maranhão se viu livre do jugo português, e o governo de Costa Barros passou a ameaçar a liberdade conquistada, uma vez que seu governo era, segundo os de “orientação brasileira”, marcado pelo despotismo e suas ações feriam gravemente a Constituição.

sido eleito deputado e atuava na legislatura, falava contra esses indivíduos e fazia suas denúncias na Câmara e na imprensa da Corte.

Como foi demonstrado no tópico anterior, o convencimento é uma responsabilidade assumida por esses redatores no contexto de sua atuação, pretendendo levar o leitor a aceitação de suas ideias acerca da política e da sociedade a quem falavam. Nesse sentido, em seu n. 30, David Fonseca Pinto publica a seguinte declaração:

Por isso nos governos livres, como o nosso, elege a massa da Nação, indiretamente, os seus Deputados. Esta escolha deve ser feita pela própria consciência a qual não devem falar as paixões [...] se a pluralidade deixa de votar, seguir-se-há que a escolha se torna feita só por meia dúzia de homens, que farão sempre o que quiserem, e cujos votos serão sempre os mesmos. Por isso que a facção que os elege se vê só em campo, e alcança a pluralidade sobre os poucos que ainda se atrevem a votar. Deve, pois, votar todo aquele que a lei designa, sem medo ou receio de comprometimentos, pois não importa que se desagrade ao patrão, ou ao amigo quando a consciência está tranquila e satisfeita com uma escolha imparcial (*Minerva*, n. 30, 18 set. 1828, p. 182-183).

O ano de 1828 foi decisivo para os membros do agrupamento “português”, tendo em vista as eleições para a segunda legislatura da Assembleia Geral. Como sugere Roni Araújo, “as eleições para deputados mobilizaram os espíritos ao combate” (2018, p. 263). Para os membros da “causa portuguesa” era importante eleger para deputado alguns de seus representantes, e nesse contexto, David Fonseca Pinto e João Crispim se dedicaram energicamente em convencer o público leitor sobre a importância do voto. Com certa frequência era possível encontrar nos jornais redigidos por esses personagens argumentações longas ligadas a essa questão.

Para a primeira legislatura, haviam sido eleitos pelo Maranhão quatro deputados. Dentre eles, o já conhecido Manoel Odorico Mendes pela sua atuação na imprensa maranhense, e um dos que possuiu maior visibilidade nas discussões políticas locais; também foram eleitos o desembargador Francisco Gonçalves Martins, Manuel Teles da Silva Lobo – ex presidente de província, que mantinha correspondências com Odorico Mendes e com o almirante Cochrane –, e João Bráulio Muniz. Para Crispim, nenhum deles parecia representar corretamente os membros de seu agrupamento político, os “portugueses”. Assim se sucedeu verdadeira disputa no debate impresso referente a essa questão. Enquanto *Farol* defendia a reeleição de boa parte dos deputados (Araújo, 2018), João Crispim e David Fonseca Pinto faziam campanha por uma substituição de todos os deputados.

Além de Odorico Mendes, sempre presente direta ou indiretamente nas polêmicas da imprensa do Maranhão, é válido discorrer acerca do perfil político dos outros três deputados.

Manuel Telles da Silva Lobo foi presidente interino da província do Maranhão logo depois da saída de Miguel Bruce, entre fins de 1824 e os primeiros meses de 1825. Vindo da Bahia para esta província, ocupou a secretaria de governo de Bruce e, com a volta de Cochrane ao Maranhão, adquiriu a confiança do almirante, que o nomeou como presidente, tomando como critério o não envolvimento desse personagem nas disputas familiares da política local e sua probidade, por relatar os abusos de Bruce.

Tanto Odorico Mendes quanto Silva Lobo haviam estudado em Coimbra, mas teriam se aproximado ainda mais politicamente a partir da chegada de Cochrane ao Maranhão em fins de 1824. Ambos apoiaram a permanência ao almirante até maio de 1825, numa associação que seria interessante para ambos. O almirante desejava receber pagamento pelos serviços prestados à época da Independência, e para que isso ocorresse, colocara Silva Lobo na presidência e o mantinha para garantir que recebesse o valor desejado⁴⁸. Ao passo que ocorria essa movimentação, Odorico Mendes muito contribuiu, nas páginas do *Argos da Lei*⁴⁹, na construção da imagem do governo de Silva Lobo como legítimo e pacificador (Galves, 2013a). Nas eleições que ocorreram naquele ano, tanto Lobo quanto Odorico conseguiram alcançar a legislatura e deixaram o Maranhão, apesar do primeiro ter tido carreira política breve (Galves, 2013a).

O outro deputado eleito, João Bráulio Muniz, é mais conhecido pela sua participação na Regência Trina (1831-1834), mas sua origem política vem das famílias de Itapecuru envolvidas na política do Maranhão, décadas antes. Segundo Marcelo Galves (2013a), João Bráulio Muniz pertenceu a uma geração de filhos de proprietários da ribeira do Itapecuru que, egressos de Coimbra, se elegeram para as juntas de governo após a adesão e integraram as câmaras de São Luís e Itapecuru. No caso de Francisco Gonçalves Martins, destacou-se mais na carreira jurídica, ocupando o cargo de desembargador do Tribunal da Relação do Maranhão anos depois de sua atuação como deputado.

A questão dos empregos públicos e das legislaturas se inseria em um debate mais amplo, que abrangia as percepções de “brasileiros” e “portugueses”, razão para que fosse parte dos assuntos priorizados pelos redatores “portugueses”. Outro assunto importante, a questão da

⁴⁸ Segundo Galves (2013a), em fevereiro de 1825 a Junta da Fazenda acatou os valores exigidos por Cochrane e em março efetuou o pagamento, sendo esta a última passagem do almirante pelo Maranhão. A Junta era presidida por Manuel Telles da Silva Lobo.

⁴⁹ Além da importância do *Argos da Lei* para a eleição de Odorico Mendes como deputado, é importante destacar seus estudos em Coimbra – todos os deputados eleitos passaram pela Universidade – e o peso de sua família, envolvida na política do Maranhão desde, pelo menos, o início do Oitocentos (Galves, 2013a), o que pode ser inferido, também, pelas discussões realizadas na *Bandurra* a partir de 1828.

propriedade, será discutida no próximo capítulo. Como se verá, ainda que esse tema tivesse precisa definição legal, suscitara querelas envolvendo os deputados eleitos pelo Maranhão.

3. “Portugueses” e o direito à propriedade: um olhar sobre a Comissão Mista Brasil-Portugal no debate impresso

O *Tratado de Paz e Aliança entre Brasil e Portugal*, assinado em agosto de 1825 após longas negociações diplomáticas, definiu o reconhecimento da Independência do Brasil por Portugal, como mencionado nos capítulos anteriores. Em um contexto permeado por referências liberais – ao menos do ponto de vista econômico –, a questão do direito à propriedade privada foi assumida como inalienável, levando a um olhar atento para a problemática dos sequestros de bens, embarcações e cargas, suscitada na segunda metade de 1823. Dentre os 11 artigos⁵⁰ do *Tratado*, é possível perceber, desde o artigo quinto, a preocupação com a manutenção/ressarcimento dos bens de “portugueses” e “brasileiros”. O artigo V determina o tratamento que seria dado aos súditos de ambas as nações no outro país, estabelecendo a igualdade de direitos entre estrangeiros e naturais nos Estados e a garantia da “posse pacífica de seus bens”, “religiosamente guardados e protegidos”. Os artigos VI e VII definem que todas as propriedades de bens de raiz ou móveis sequestradas, bem como as embarcações e cargas apresadas dos súditos do Brasil ou de Portugal, deveriam ser restituídas ou indenizadas.

Em decorrência dessa preocupação, foi também instituído pelo *Tratado* a criação de uma organização responsável por receber e julgar os processos realizados em virtude de prejuízos causados pela Independência. A Comissão Mista Brasil-Portugal, estabelecida através do artigo VIII, deveria receber, dentro do prazo de um ano a partir do início de seu funcionamento, reclamações de restituição ou indenização de propriedades de bens de raiz ou móveis, embarcações ou cargas, sequestradas ou confiscadas no período da Independência e avaliar se os processos protocolados eram legítimos.

O aspecto da propriedade tem um grande potencial revelador da situação dos “portugueses” na província do Maranhão, e a atuação da Comissão Mista tem se mostrado um dos recursos mais promissores para pensar a questão, quer pela riqueza dos registros produzidos, quer pela discussão que o estabelecimento dessa organização suscitou na imprensa entre 1827 e 1828, dimensão aqui priorizada. Entre 1827 e 1828, a Comissão recebeu um total de 509 registros de processos protocolados, sendo a Bahia, o Maranhão e o Pará as províncias com maior número de reclamações – justamente as últimas a aderirem ao Império. Aquelas radicadas no Maranhão somaram um total de 26,60%, a segunda província com maior número de processos, superada apenas pela Bahia, que contou com 38,88% (Ribeiro, 2007). A grande

⁵⁰ Os dois primeiros artigos reconhecem o Brasil como um Império Independente e o título de Imperador do Brasil a D. Pedro.

quantidade de processos relativos a esta província revela a dimensão do conflito ocorrido pela adesão ao Império, que abrangeu residentes e comerciantes “portugueses” que mantinham relações comerciais com a praça do Maranhão, ocasionando alguns prejuízos para aqueles que resistiram de alguma forma a “causa brasileira”.

Logo que se soube das primeiras reclamações feitas a Comissão em fins de 1827, sobretudo daquelas movidas por negociantes considerados “portugueses” que residiam ou trabalhavam no Maranhão, os processos e a atuação da Comissão passaram a ser objeto de discussão política e os jornais passaram a versar também sobre essa matéria, colocando em questão quem deveria ou não ter acesso a esses direitos. Tanto no Maranhão quanto no Rio de Janeiro, a imprensa debatia os rumos da política no Império e os reflexos desses acontecimentos em âmbito local, mantendo uma “[...] rede de comunicação que, por meio de cartas e dos periódicos, fazia circular as informações entre a longínqua província e a Corte” (Araújo, 2018, p. 255), e possibilitava que os debates das seções na Câmara dos Deputados, por exemplo, chegassem até os redatores locais, apesar da distância entre as regiões.

Considerando essas questões, os esforços deste capítulo se concentram em compreender a Comissão Mista e a situação da propriedade como parte integrante da questão dos “portugueses” na imprensa, aspecto geralmente desconsiderado, bem como o conjunto de múltiplas possibilidades de pesquisa que se formam através dessa organização para o estudo da noção de cidadania no Império, em construção. Com esse intuito, o primeiro tópico deste capítulo fornece algumas ponderações sobre a Comissão Mista Brasil-Portugal que ajudam a compreender a conjuntura dos debates na imprensa; na sequência, exploro as argumentações envolvendo a Comissão nos jornais estudados.

3.1 Breve exposição sobre a Comissão Mista Brasil-Portugal: do seu estabelecimento às possibilidades de pesquisa

A Comissão Mista Brasil-Portugal foi estabelecida na cidade do Rio de Janeiro e iniciou seus trabalhos em 8 de outubro de 1827, recebendo as reclamações até a mesma data do ano seguinte. Em dezembro de 1830, ocorreu uma pausa em seus trabalhos, por conta de problemas relacionados à sucessão do trono português⁵¹, mas retornou em 1834. A Comissão encerra os seus trabalhos em 1842, com muitas reclamações protocoladas ficando sem julgamento. Gladys Sabina Ribeiro (2007), principal referência sobre a atuação desta Comissão, afirma que dentre os 509 registros de processos protocolados, apenas 262 reclamações foram julgadas. Muitas

⁵¹ Com a morte de D. João, ocorre entre 1828 e 1834, uma disputa entre D. Pedro e D. Miguel pelo trono português.

delas não foram examinadas, sob a alegação de terem sido protocoladas fora do prazo, e dada a grande quantidade de documentos solicitados pela Comissão que comprovassem a nacionalidade e a posse dos bens reclamados, é possível que muitos processos tenham sido excluídos ou arquivados devido à falta de documentação necessária. Cabe considerar ainda a referida pausa nos trabalhos, que também impactou seus resultados.

Como já observado, o Maranhão foi a segunda província com o maior número de processos enviados a Comissão Mista durante 1827 e 1828. Estudos mais recentes realizados por Galves e Araújo (2023) localizaram 134 reclamações referentes ao Maranhão, que solicitam indenização ou restituição de quantias em dinheiro ou em letras, propriedades urbanas e rurais, escravos, ofícios e, em grande parte, cargas e embarcações⁵². Estes dados são dignos de nota, todavia, são ainda recentes e relativamente poucos os estudos que levam em conta a importância dessas reclamações para uma compreensão mais profunda da realidade política do Maranhão. Para os fins deste trabalho, não se propõe uma análise mais aprofundada dessas reclamações, mas sim a sua repercussão na imprensa maranhense, compreendendo a sua aparição no debate impresso como um elemento chave de disputa entre os anos de 1827 e 1828, período em que a Comissão esteve ativa para receber os processos, percebendo também os locais de destaque ou de invisibilidade ocupado por estes reclamantes nesses jornais. Antes, é necessário refletir um pouco sobre essa organização, o que os dados existentes sobre ela podem nos esclarecer, e suas possíveis contribuições para o estudo da questão dos “portugueses” no Maranhão, esforço realizado nesse tópico.

Segundo Gladys Sabina Ribeiro (2007), é possível estabelecer uma relação entre a quantidade de processos e os locais onde as guerras de Independência foram mais intensas, uma vez que a resistência apresentada por essas províncias motivou um maior número de confiscos e um esforço mais acentuado para a integração dessas regiões ao Império do Brasil. Isso fica mais nítido ao olhar para a quantidade de reclamações das províncias do Sul/Sudeste que contaram com um percentual pequeno de sequestros. As reclamações de Minas Gerais contabilizam 2,33%, o Rio de Janeiro contou com 2,04% e São Paulo com 1,16%. Isso porque, além de terem conduzido o projeto imperial, muitos dos sequestros dessas regiões “logo foram

⁵² Existem outros trabalhos que revelam um quantitativo de reclamações diferente da exposta acima, com destaque para o estudo de Gabriel Langie Pereira (2009), que utilizei como referência por muito tempo durante os anos de bolsa de Iniciação Científica. Pereira considerou a existência de 122 reclamações radicadas no Maranhão, número já desatualizado de acordo com os novos trabalhos produzidos. Contudo, é inegável a contribuição de Pereira na sistematização de boa parte dessas reclamações para a compreensão da importância da Comissão Mista Brasil-Portugal, especialmente para as reclamações radicadas no Maranhão e no Pará. Cf. Gabriel Langie Pereira (2009).

resolvidos com negociações políticas” (Ribeiro, 2007, p. 407)⁵³. Já as três províncias com maiores números de reclamações, Bahia, Maranhão e Pará, assumidas províncias do Norte e últimas a aderirem o Império⁵⁴, todas contaram com a presença do almirante Cochrane e sua esquadra para impor o reconhecimento da Independência, o que aumentou a quantidade de bens sequestrados e prejuízos ao patrimônio daqueles grupos que resistiram, intitulados constantemente no Maranhão de “portugueses”.

Aqueles que mais sentiram os prejuízos causados por esses sequestros, e desta maneira, os que mais reclamaram a esta comissão foram comerciantes das praças do Norte, com ligações com as praças comerciais de Lisboa e Porto (Ribeiro, 2007), caso de importantes negociantes radicados no Maranhão. Dentre as 134 reclamações protocoladas junto a Comissão já localizadas, 33 delas envolvem comerciantes vinculados ao Corpo de Comércio do Maranhão que aparecem como reclamantes ou correspondentes⁵⁵, o que corresponde a quase 25% do total de reclamações radicadas no Maranhão (Galves; Araújo, 2023, p. 170).

Estes homens de negócios ganharam maior influência na dinâmica provincial a partir do início do século XIX, com o crescimento de uma economia de exportação⁵⁶, de forma que passaram a acumular muitas atividades comerciais, para além de um único ramo⁵⁷. Daí se compreende a importância que alguns desses indivíduos assumem nos assuntos políticos da província, sobretudo o negociante Antônio José Meirelles, o mais influente capitalista da época (Cutrim, 2013). Nessa conjuntura tomou forma o Corpo de Comércio do Maranhão⁵⁸, agrupamento representativo de parte importante dos homens de negócios da província, responsável em grande medida pela circulação do capital, reconhecido pelo governo e que

⁵³ É inegável que mais de 80% das reclamações recebidas pela Comissão Mista Brasil-Portugal tiveram origem nas províncias do Norte, considerando o total de 509 processos protocolados junto a essa organização (Galves; Costa, 2022). Contudo, a discrepância nos números de reclamações advindas das províncias do Norte e do Sul se explica não somente pelos intensos conflitos causados em decorrência das adesões, mas também pela instituição do juizado dos sequestros de bens de portugueses, já em 1822, que recebeu reclamações de prejuízos do Rio de Janeiro, enquanto reclamações de prejuízos causados pela Independência das províncias do Norte só foram recebidos já depois do Reconhecimento da Independência e do *Tratado de Paz e Aliança entre Brasil e Portugal*, como observa Gladys Sabina Ribeiro (2007).

⁵⁴ Sem considerar a província Cisplatina, cuja adesão ocorreu no final de 1823, início de 1824, em outro contexto.

⁵⁵ Correspondente é aquele indivíduo que mantém correspondência comercial ativa com algum negociante, sendo representante de seus negócios em uma determinada região.

⁵⁶ Naquele momento, a atividade comercial fundamentava-se em produtos como algodão, arroz e couros, com foco na exportação. Nesse contexto, muitos comerciantes conseguiram se consolidar como influentes capitalistas, dotados também de significativa participação nos assuntos políticos da província devido a condição social que adquirem.

⁵⁷ Atuavam, sobretudo no tráfico de escravizados, atividades creditícias e arrematação de contratos régios.

⁵⁸ É importante ressaltar que o Corpo de Comércio do Maranhão era um agrupamento a que muitos negociantes não se viam representados, razão pela qual não participavam, devido a influência de Antônio José Meirelles. Um bom exemplo é João Rodrigues de Miranda, outro importante negociante da época que tinha profundas rivalidades com Meirelles. Cf. Luisa Cutrim, 2013.

mantinha relações próximas, principalmente durante a administração de Bernardo Silveira Pinto da Fonseca, entre 1819 e 1822 (Cutrim, 2013). Tendo em vista sua fluidez, a associação definida como Corpo de Comércio pode ser definida como um agrupamento político desses negociantes, que unidos por opiniões e interesses políticos comuns, associavam-se, antes da adesão, a administração portuguesa de Pinto da Fonseca, e defendiam abertamente os vínculos com Portugal – portanto posicionaram-se contrários aos projetos de emancipação vindos do Sul. Na tabela abaixo, apresento alguns dos principais nomes engajados com as pautas mobilizadas pelo Corpo de Comércio.

Quadro 1. Nomes mais frequentes nas subscrições do Corpo de Comércio⁵⁹

Antonio Carvalho Estrella
Antonio da Cunha Gonçalves Affonso
Antonio José Meirelles⁶⁰
Antonio José Soares Duarte
Antonio Martins da Silva
Antonio Rodrigues de Miranda
Custodio Gonsalves Bastos
Francisco Coelho Rezende
João Antonio da Silva
João José de Almeida Júnior
José dos Reys e Brito
José Fernandes de Oliveira
José João dos Santos Almeida
José Rodrigues Roxo
Manoel Domingues Dias
Manoel João Correa de Souza
Manoel Lopes da Costa⁶¹
Manoel Silvestre Ramos
Miguel Tavares

Fonte: Marcelo Cheche Galves (2020).

Os oito nomes destacados em negrito na tabela constaram como reclamantes dentre os 19 nomes mais frequentes do agrupamento. Isso demonstra a importância que a Comissão adquiriu para esses comerciantes, que participavam ativamente da dinâmica política provincial e que mantinham ligações comerciais com as praças de Lisboa e Porto. Alguns desses comerciantes terão seu lugar na imprensa e serão mencionados e amplamente utilizados como

⁵⁹ Os nomes em negrito compuseram as reclamações radicadas no Maranhão.

⁶⁰ Em duas das quatro assinaturas, ao nome foi acrescido “Ferreira & Cia.”, firma de que era sócio. Em vários registros consultados, a sociedade confunde-se com o nome, sendo comum a denominação Antonio José Meirelles Ferreira.

⁶¹ Sócio do negociante José Gonçalves da Silva, falecido em 1821.

exemplo. No geral, a quantidade de reclamações ligadas a embarcações e efeitos⁶², bem como as correspondências existentes nas documentações com outras praças, como as de Lisboa e Porto (além de outras não identificadas), revela uma forte movimentação comercial no Maranhão que teria sido, de certa maneira, comprometida pela adesão (Galves; Araújo, 2023)

Antonio José Meirelles, membro influente do agrupamento descrito, registrou quatro reclamações a Comissão Mista tratando de itens como embarcações e efeitos. Meirelles se definiu perante a Comissão como “brasileiro”, fato curioso e demonstrativo da preocupação do negociante em se aproximar das noções de “brasileiro” e também da dificuldade quanto ao estabelecimento da nacionalidade do reclamante (Galves; Araújo, 2023)

Uma das questões mais interessantes e reveladoras em relação a Comissão é a comprovação da nacionalidade. A análise dessas reclamações apresentava muitos desafios, entre eles a dificuldade de se estabelecer a nacionalidade, uma vez que só se podia solicitar a restituição da nação da qual não se era súdito⁶³. O resultado era uma “dança de nacionalidades” (Ribeiro, 2007), já que estas eram declaradas de acordo com os interesses políticos e econômicos do reclamante e não seguindo a lógica do local de nascimento: ademais, seu julgamento envolvia diferentes dispositivos legais. A Comissão poderia avaliar negativamente o processo de um reclamante, por considerá-lo já um brasileiro à luz da Constituição de 1824, o que representaria prejuízo para ele. Em outras palavras, justamente pelo status que tanto almejavam conseguir, muitos deles tiveram seus processos negados pelo estado brasileiro, ao mesmo tempo em que, sua identidade de “brasileiro” era questionada a todo momento por seus rivais políticos

O fato de a nacionalidade ser um elemento crucial para o julgamento é um fator extremamente curioso e agrega muito à discussão que envolve as noções de “brasileiros” e “portugueses”, pois era preciso se definir sob uma dessas duas identidades, em um momento decisivo de construção da identidade brasileira. O que é ser brasileiro? O que distinguia o brasileiro do português? Todas essas questões transparecem na documentação e deram margem para múltiplas e extensas discussões na imprensa maranhense entre 1827 e 1828. Nomes como o de Antonio José Meirelles, recorrente em várias reclamações, foram alvo da oposição, que questionava constantemente tal identidade. Como sugere Ribeiro (2007, p. 411), o que os “[...]”

⁶² Trata-se das reclamações que ligadas aos danos causados pela guerra e prejuízos decorrentes de sequestro estão relacionadas a perda de capital. Em termos mais simples, seriam os prejuízos que ultrapassam as propriedades apressadas, causando maior infortúnio ou despesa devido ao fato daquele bem material estar indisponível.

⁶³ Por exemplo, um cidadão brasileiro não poderia reivindicar ao Brasil a restituição, da mesma forma que um cidadão português não podia reclamar prejuízos a Portugal. Eles teriam que reclamar o seu prejuízo à nação amiga. Cf. Gladys Sabina Ribeiro, 2007.

resultados dos trabalhos da comissão nos revelam é que a nação brasileira estava ainda em construção *pari passu* com as disputas políticas entre os grupos pela hegemonia na condução do Estado”.

3.2 A defesa pela propriedade: os bens “portugueses” e a construção da noção de cidadania

Na primeira edição da *Bandurra* foi publicada a fala do então deputado pelo Maranhão, Manoel Odorico Mendes⁶⁴, na seção da Câmara dos Deputados de 24 de agosto de 1827. Um dos pontos abordados nessa seção foi o pagamento que seria feito pelo estado brasileiro ao negociante Antônio José Meirelles em decorrência dos prejuízos sofridos por ele em suas propriedades devido as lutas pela adesão do Maranhão ao Império. A fala do deputado colocava em questão o direito de certos indivíduos, “inimigos da Causa do Brasil”⁶⁵ e membros da “facção anti-independente”, serem indenizados pela Fazenda Nacional pelos conflitos ocorridos na província.

E muitos, debaixo do pretexto de lhes terem as tropas do Maranhão estragado os seus gados e lavouras, vão justificando dividas nascidas de imaginários estragos, a fim de serem indenizados pela Fazenda Nacional. [...] Um indivíduo destes consta-me que tem dado justificações falsas a este respeito, e que está a ponto de ser pago à custa da nação de uma soma imensa, na qual diz que se acha prejudicado em razão destas mudanças políticas. É necessário advertir que esse homem [Antonio José Meirelles] foi o chefe mais terrível da facção anti-independente, que em sua casa é que se faziam os Clubes atrozes, em que se tratava dos meios de obstar a nossa emancipação, e que, portanto, pretende indenizações de perdas que sofreu por causa de uma guerra que ele mesmo excitou! (*Bandurra*, n. 1, 15 jan. 1828, p. 8).

Diante disso, Odorico propõe o seguinte Projeto de Lei:

A nação não é obrigada a pagar coisa alguma aos que, tendo pegado em armas, ou por outra qualquer maneira obrada contra a causa da Independência do Império, sofreram prejuízos na sua fazenda, por ocasião da guerra que o Brasil sustentou contra Portugal (*Bandurra*, n. 1, 15 jan. 1828, p. 9).

Antônio Meirelles havia sido um dos negociantes do Corpo de Comércio do Maranhão alvo de confiscos de bens em consequência de ter sido reconhecido politicamente como um

⁶⁴Vale lembrar que naquele momento Odorico Mendes ocupava o cargo de deputado, mas seu posicionamento político quanto à questão dos “portugueses” já era bem conhecida desde o tempo em que redigia o *Argos da Lei* (1825), sendo notável representante da “causa brasileira”.

⁶⁵No contexto utilizado pelo deputado, compreende-se a ideia de “causa do Brasil” como a defesa da ruptura dos vínculos entre Brasil e Portugal e a construção do Império. Em outras palavras, ao apoiar a “causa do Brasil”, defende-se a separação com a antiga metrópole e o crescimento do Império. Como já observado, a defesa dessas ideias não foi encontrada nos jornais utilizados, mas eram acusações imputadas aos seus rivais políticos por aqueles que se intitulavam como membros da “causa brasileira”, oposta a uma “causa portuguesa”.

“português” nocivo à província. Como já dito, as guerras de Independência vivenciadas pela província do Maranhão geraram uma conjuntura de disputas por influência que acarretou danos para aqueles indivíduos que, tendo ocupado um local de prestígio na dinâmica política anterior e apresentado resistência direta ou indireta ao projeto imperial, foram considerados “portugueses”.

A fala do deputado na Assembleia reflete as divergências políticas e sociais originadas a partir da Independência e retomadas com a abertura da Comissão Mista Brasil-Portugal. Tal organização, na promessa de reverter prejuízos materiais, foi encarada como uma oportunidade valiosa de garantir a consolidação da reintegração para muitos “portugueses”, através da manutenção do direito desses indivíduos à propriedade, aspecto importante na construção da cidadania. Apesar de boa parte das reclamações terem sido negadas ou sequer julgadas, a possibilidade de reclamar as perdas de bens representava uma esperança para o conjunto desses indivíduos.

Por isso, tanto o projeto de Lei quanto a fala de Odorico Mendes irão repercutir por muitas edições nas páginas da *Bandurra*. Decerto, a acusação a Antonio Meirelles não se trata apenas de uma imputação ao negociante referido, mas também ao grupo político ao qual o se insere e o espaço ocupado por eles no novo estado. Da mesma forma, não questiona apenas o direito de Meirelles, mas o direito daqueles ditos “portugueses” de receberem a indenização. Através de seu discurso, Odorico relembra o passado e acusa seus opositores políticos – os “portugueses”, de forma geral representados pela figura de Antonio José Meirelles – de serem inimigos do Império, afirmações que correspondem com as opiniões do redator do *Farol Maranhense*⁶⁶.

Em algum grau, o negociante Meirelles é elencado por muitos indivíduos, no âmbito da “causa brasileira” e da “causa portuguesa”, como um dos principais ou mesmo o mais notável representante do grupo político “português”. Por esse motivo, o redator da *Bandurra* vê a necessidade de se posicionar ativamente contrário a esse discurso e ao projeto de lei apresentado, e não apenas a ele, mas também participar energicamente na defesa do negociante ao longo de todo o período de publicação da *Bandurra*. Segundo Luísa Cutrim (2023), o *Farol Maranhense*, principal opositor da *Bandurra* naquele momento, aproveitava a deixa para argumentar que o jornal tinha sido feito apenas com o objetivo de defender Meirelles de

⁶⁶ O *Farol Maranhense* foi um jornal iniciado em 26 de dezembro de 1827 e redigido pelo professor José Cândido de Moraes e Silva. Esta folha se torna a principal representante da “causa brasileira” na província do Maranhão, sendo José Cândido um dos principais correspondentes de Odorico Mendes, que naquele momento ocupava uma cadeira de deputado na Assembleia Geral, instituída pela Constituição de 1824.

qualquer acusação e proteger sua imagem. Independentemente de seu objetivo, Crispim parecia ter relações próximas com tal personagem, assim como com outros comerciantes a ele ligados.

A fim de argumentar em favor de Meirelles, em um plano individual, João Crispim ressaltava o bom caráter e a probidade do negociante, pedia provas da existência dos clubes contra a Independência, apontados por Odorico ao acusar os “portugueses”, e definia que a permanência do negociante na defesa do sistema de Portugal se dava pela fidelidade ao juramento que outrora havia sido prestado, não configurando crime algum que pudesse impedir o direito de qualquer indivíduo de receber do estado o que este lhe devia – este, na verdade, era um grande mérito do comendador, a fidelidade que possuía ao juramento antes prestado. Em dimensão coletiva, é nítida a preocupação de Crispim com a defesa de sua identidade política, uma vez que, mesmo reintegrados, era necessário provar a legitimidade do espaço que tornavam a ocupar, e que era questionado a todo tempo pela oposição através da pecha de “português” e “inimigo do Império”. Essa defesa era tão importante quanto em anos anteriores, ou talvez ainda mais necessária para garantir não só a legitimidade do espaço que ocupavam, mas o direito de reaverem seu patrimônio.

Como já demonstrado, a ideia de ser português passa por uma transformação naquele momento, e por isso representa, nesse contexto, mais uma acusação política que uma nacionalidade, simboliza mais uma “denúncia” de “absolutista”, “déspota” ou até mesmo de “recolonizador”, embora Portugal já tivesse reconhecido a Independência desde 1825, e estes indivíduos já tivessem dado provas de sua adesão ao Império do Brasil e de fazerem parte da construção do novo Estado (Cutrim, 2019). Sabendo disso, Crispim passa a utilizar Antônio José Meirelles como ferramenta na defesa desta “causa portuguesa”, arguindo que esses indivíduos, chamados por ele de *Brasileiros Transatlânticos* ou *Brasileiros pela Constituição*, gozem de seus direitos políticos e integrem a noção de cidadania que estava sendo construída. Na edição de n. 6 da *Bandurra*, o redator sustenta que:

[...] o seu plano [de Odorico, do *Farol* e dos correspondentes dele], se nos guiarmos pelos escritos que aparecem, é dividir para enfraquecer, é enfraquecer para governar, e é governar para perturbar e depois colher: para isto é que fazem a propaganda de doutrinas tendentes só a seus fins, procurando persuadir que houveram clubes de Europeus para obstar ao Sistema da Independência, que então se proclamava, e que o chefe desses conluíus era o Cidadão Meirelles. Nos bem quiséramos deixar de inserir em nossos escritos nomes de particulares, mas a isso nos compele o redator correspondente. **Quando ele mete a cara o comerciante Meirelles, inculca a massa dos Brasileiros Transatlânticos**, e é por isso que nós nos propomos defender de falsas imputações aquele Cidadão, pois que **a sua defesa reflui sobre todos os Brasileiros pela Constituição do Império, que com aquele cidadão fazem corréus na oposição ao Sistema atual.** (*Bandurra*, n. 6, 6 abr. 1828, p. 187-88, grifos meus)

Não por acaso, em 23 edições da *Bandurra*, pelo menos 15 fizeram menções a ele em diferentes momentos. Essa menção tem duas características principais: todas elas eram ligadas a argumentações e debates políticos que trazem à tona a defesa do grupo “português”, ou seja, invocam uma dimensão coletiva para além da vivência individual do comerciante; e todas foram feitas em retrospecto, fator que mais me chamou atenção ao fazer a leitura das edições. Nenhuma das referências feitas a ele expõem informações sobre suas atividades econômicas dentro do Maranhão em 1828, mas aludem a sua importância política dentro da cena pública do Maranhão no contexto anterior à Independência ou em momento imediatamente posterior ao da adesão.

Sabe-se que o elemento motivador de todas as argumentações realizadas foi o projeto de lei defendido por Manoel Odorico Mendes na sessão da Câmara dos Deputados, exposto logo no início do tópico, e esse discurso evoca o momento da adesão. Mas além disso, é interessante observar as defesas feitas a Meirelles com enfoque a essa questão, porque todas elas corroboram o fato de que é a Independência, ou em outras palavras, a adesão, que unifica esses personagens como um grupo político coeso e definido, dando as bases para a definição política dessa identidade “portuguesa”, que não era mobilizada e pensada sob os mesmos sentidos antes da adesão ao Império. É através desse passado comum que se mobiliza a ideia de “português” desde a argumentação de Odorico Mendes em 1825 no *Argos da Lei*, até 1827 em seu projeto de Lei, e é esse passado que justificava as medidas defendidas pelo deputado e seus correspondentes.

A argumentação contra as acusações de Odorico Mendes e do *Farol* também renderam ao redator da *Bandurra* algumas denúncias⁶⁷ no Tribunal de Jurados, como a feita por Odorico Mendes a João Crispim, exposta no n. 14 da *Bandurra*⁶⁸. Na primeira edição de seu segundo jornal, Crispim publicou uma carta que expunha as despesas de Odorico no período em que este estudava em Coimbra, denunciando que estas teriam sido financiadas por Meirelles, como um favor ao pai de Odorico, de quem o negociante era bem próximo. A fim de argumentar contra a pessoa de Odorico, utilizando o típico argumento *ad personam* – mencionado no segundo capítulo – para desqualificar as ideias que este defendia, ele encontra caminho na questão da propriedade:

⁶⁷ Como é possível perceber através da dinâmica da imprensa, o ofício de redator, se tratando de um homem público, envolvia riscos como o de ser alvo desses processos. Em muitos momentos de suas carreiras, esses indivíduos poderiam ser denunciados e investigados. Mesmo em tempos de liberdade de imprensa, os limites dessa liberdade eram claramente demarcados pelo estado, e era necessário que os sujeitos se responsabilizassem pelas afirmações veiculadas em seus impressos.

⁶⁸ Cf. *Bandurra*, n. 14, 15 ago. 1828, p. 500. Nesse contexto, Meirelles é citado por fazer parte da argumentação de Crispim, mas não integra o processo. O processo é movido pelo próprio Odorico Mendes.

Pelo documento [...] verá v. m., Sr. Redator, que o negociante Meirelles foi quem se encarregou de suprir em Coimbra ao Sr. Manoel Odorico Mendes, e que efetivamente o supriu pelo tempo de quarenta e dois meses, na totalidade de Rs. 1:350\$000, de cuja quantia ainda hoje o Sr. Meirelles está em desembolso de 900\$000 rs. na mão do Sr. Joaquim Manoel da Cunha, em cuja conta foi lançada, como testamenteiro que era do falecido Capitão Mór Francisco Raimundo da Cunha, pai putativo do Sr. Manoel Odorico Mendes, do qual (dito Capitão Mor) o S. Meirelles era intimo amigo. [...] e se destes socorros lhe não resultaram a sua aprovação e formatura na Universidade por ser vadio e relaxado, todavia sempre deles colheu a vantagem de habilitar-se para hoje papaguear na Assembleia do Brasil, e nela figurar por um dos testas de ferro do partido anarquista e desorganizador do sistema que rege esse Império (*Bandurra*, n. 1, 15 jan. 1828, p. 19-20).

Essa argumentação, assim como as que de alguma forma estão ligadas a Comissão Mista, nos revelam o quanto a dimensão material acrescenta à percepção dos embates entre “portugueses” e “brasileiros”, porque eles também ocorriam – e talvez principalmente - na esfera do patrimônio. Em uma sociedade como a do século XIX, social e economicamente hierarquizada, este aspecto reflete as tensões sociais e políticas existentes e é digno de nota, uma vez que servia como fator de distinção social e era usado para legitimar ou deslegitimar a posição política ocupada por alguém, como no caso do deputado. Quanto a essa questão específica, Odorico denuncia João Crispim e através das páginas do *Farol Maranhense*, seu correspondente, realiza a sua defesa pública.

Ao passo que João Crispim era alvo de processos devido a defesa da figura de Meirelles realizada em sua folha, chama a atenção a completa ausência deste negociante de tamanha relevância e notoriedade – dado sua posição exemplar de “chefe da facção anti-independente” definida por Odorico em seu discurso – no jornal redigido por David Fonseca Pinto, a *Minerva*. Essa pode ser uma chave interessante para explicar algum tipo de divisão no seio do grupo definido como “português”, grande parte das vezes homogeneizado no discurso de seus opositores. Vale lembrar que a carreira de Meirelles como negociante o fazia acumular múltiplos desafetos. Em relação a outros jornais, como o *Censor*, Meirelles também é pouco citado, o que parece ser uma opção do redator ao adotar seu modelo conceitual de jornal, de forma que pouco menciona os principais comerciantes da praça de São Luís. Apesar disso, quando é mencionado⁶⁹, traz condições semelhantes às da *Bandurra*, e o cerne da matéria são as suas propriedades, demonstrando novamente a importância de se pensar essa questão:

[...] Logo do outro lado vi outra excelente casa de dois sobrados e mirante, ainda muito nova, e como visse uma guarita junto à porta e uma sentinela [...] responderam-me: aquela casa é do Comendador Meirelles. [...] Ele foi nesta mesma Cidade caixeiro, e por consequência de vara e côvado, é puçá, e viu-

⁶⁹ É necessário considerar que a menção feita no *Censor* é de 1825, momento em que se dava início a reintegração dos “portugueses”, dentre eles, o dito comerciante.

se obrigado a ausentar-se para o Rio de Janeiro para escapar à perseguição dos perversos (*O Censor*, n. 2, 5 fev. 1825, p. 29-30).

Como se pode notar, a defesa do importante negociante é realizada por Abranches considerando as propriedades imóveis que foram deixadas por ele em decorrência dos conflitos motivados pela adesão. São relevantes e evidentes as contribuições que se pode realizar ao pensar de forma ampla a questão da propriedade no Maranhão após a Independência, bem como os estudos referentes à Comissão Mista Brasil-Portugal, considerando tanto o perfil das reclamações quanto as suas repercussões nas discussões políticas travadas à época.

Considerações finais

Como foi exposto, o presente trabalho monográfico se propôs a investigar a referida “imprensa portuguesa” ou “periodismo português” que se consolida com força notável na província a partir de 1825 e atinge seu auge em 1827, a fim de compreender a situação política dos indivíduos pertencentes a um grupo intitulado como “português”, agrupamento inaugurado no contexto da adesão com o intuito de marcar as diferenças entre novos e antigos atores presentes na cena política do Maranhão.

As Independências inauguraram um momento de construção da cidadania e da própria identidade “brasileira” que se refletiu no contexto das disputas políticas do Maranhão. Nesta província, a questão dos “portugueses” foi motivadora de conflitos que resultaram em confiscos, demissões, deportações e saques, além de intensas argumentações políticas entre aqueles que se intitulavam “brasileiros natos” contra os ditos “brasileiros pela Constituição”, desde 1823 até, pelo menos, 1831. De acordo com as mudanças na administração provincial, havia momentos em que o diverso grupo de “portugueses” conseguia se estabelecer em posições de prestígio dentro da sociedade maranhense, e outros em que precisava se afastar da cena pública devido ao momento político, desfavorável a sua atuação. Entre 1823 e 1824, é possível perceber um momento desfavorável para aqueles reconhecidos sob essa designação, situação que resultou em um afastamento evidente da administração provincial. Todavia, a partir de 1825, com a crescente influência de “portugueses” na Corte e a então nomeação do presidente de província Pedro José da Costa Barros, o que se observou foi uma sistemática reintegração dos indivíduos reconhecidos como “portugueses”, que retomaram postos e negócios.

Escolhi como recorte temporal os anos de 1825 a 1828, concentrando os resultados em 1827 e 1828, devido à grande força que a imprensa “portuguesa” adquire nesse momento, prova da grande expressividade política que aquele grupo passa a possuir a partir de 1825, e sobretudo após 1826, depois das sucessivas estratégias políticas e simbólicas de se integrar ao novo regime, como é o caso das festas de aclamação do Imperador, os juramentos prestados ao Império, entre outras manifestações públicas de apoio ao sistema adotado pelo recém fundado estado brasileiro. Embora muitos jornais se mantivessem por algum tempo após 1828, como é o caso da *Minerva* e também do *Censor*, o período de recebimento das reclamações da Comissão Mista vai até 1828, e tendo em vista a sua importância no conjunto da argumentação em torno da imprensa “portuguesa”, este recorte se demonstrou uma escolha razoável para encerrar as discussões propostas.

Entre 1827 e 1828, principais anos estudados, o acesso do grupo à imprensa dá sinais de estar facilitado, sendo a Tipografia Nacional dirigida por João Crispim Alves de Lima, notável “português”, o que parece ter contribuído para o surgimento e manutenção de múltiplos jornais com diversas semelhanças ideológicas e políticas, especialmente a defesa dos “portugueses”, ainda que de modos distintos. O próprio João Crispim, entre 1825 e 1828 redigiu dois jornais importantes e estudados neste trabalho, o *Amigo do Homem* e *A Bandurra*, de marcantes diferenças de estilo, mas engajados politicamente em semelhantes fins. Garcia de Abranches, que havia sido deportado em 1825, durante os anos que se seguiram passou a publicar seus jornais pela Tipografia Nacional, uma novidade digna de nota, tendo em mente que nos tempos de inauguração do *Censor* a folha era impressa e redigida através da Tipografia Melandiana de D. G. de Mello (Daniel Garção), uma tipografia privada⁷⁰. Além disso, David Fonseca Pinto, outro importante redator “português”, a partir de 1827 assume o cargo de Administrador dos Correios. Estes elementos somados às argumentações constantes que faziam na imprensa periódica, dão conta da relevância que esse grupo volta a ter, paulatinamente, a partir de 1825, bem como a preocupação constante pela defesa de sua legitimidade na participação da cena política do Maranhão do Primeiro Reinado.

Nesse sentido, vemos que a defesa de Pedro José da Costa Barros assume uma grande importância dentro da redação dessas folhas. É a partir da administração deste presidente de província que estes indivíduos consolidam seu retorno a postos de influência, e os ataques da oposição a Costa Barros sempre o relacionaram a alguém interessado em apadrinhar os “inimigos da Independência” ou da “causa do Brasil”, acusação que os membros de uma imprensa “portuguesa” se sentiram na necessidade de responder. Por isso, todos os jornais regularmente elogiavam a figura de Costa Barros, associando-o a tempos de paz, tranquilidade e prosperidade, embora continuassem os dissensos entre os grupos políticos formados no Maranhão naquele momento, muitos deles envolvendo um grande número de polêmicas em torno do presidente de província.

Ainda que unidos na defesa de Costa Barros, e em sentido mais amplo, na dos “portugueses”, esse agrupamento não era homogêneo. Existiam clivagens entre os redatores, nem sempre explícitas, mas possíveis de ser percebidas nas argumentações e nas interlocuções mantidas entre os jornais. Em primeiro lugar, considere as diferentes estruturas e missões dos jornais integrantes da “causa portuguesa”. Os jornais *Amigo do Homem* e *a Minerva* divergiam muito em periodicidade, tamanho, e mesmo na linguagem utilizada, em relação aos outros dois

⁷⁰ Verifique que uma ou duas edições do *Censor*, em 1825, saíram pela Tipografia Nacional.

jornais existentes na mesma época: *O Censor* e *A Bandurra*. Esses tinham um caráter mais conceitual que aqueles, e é possível que a periodicidade deles fosse muito mais irregular devido a essa questão, tendo em vista o tamanho da redação⁷¹ e os objetivos que os moviam a vir a público. Mas esses estranhamentos iam para além da estrutura dos jornais, sendo possível perceber clivagens que podem estar ligadas também a ocupação do espaço público, tendo em vista o lugar de homens públicos e propagadores das luzes que ambos pretendiam ocupar. Era comum que David Fonseca Pinto e João Crispim mantivessem, acerca de determinados temas e conceitos, diferentes posições que aparecem no conjunto de sua argumentação, pois apesar de estarem unidos pelos reveses causados a eles no momento posterior a adesão, tinham maneiras diferentes de se relacionar, sociabilizar e experienciar a política dentro da província.

Mesmo assim, eram muitos os fatores que os transformavam em um agrupamento em grande medida coeso, como a defesa da ocupação de espaços públicos e também o direito à propriedade. Nesse sentido, a Comissão Mista Brasil-Portugal é um recurso importante para perceber as disputas em curso, tanto sua documentação quanto a repercussão de sua atuação na imprensa podem trazer grandes contribuições para a compreensão da política no Maranhão do Primeiro Reinado.

Como se verificou, a imprensa acompanha e intervém em todo o processo de reintegração desses “portugueses”, de forma que esse movimento se expressa na maneira como essas figuras são mencionadas nas páginas dos impressos. Olhar para a forma como estes “portugueses” mobilizavam-se através dos jornais da época nos permite compreender o papel que desempenhavam no contexto político, econômico e social dos primeiros anos do Império brasileiro, questão que se mostra chave para compreender a própria construção da cidadania e da ideia de ser “brasileiro”. Os esforços realizados nesta pesquisa caminharam no sentido de fornecer mais subsídios para essa questão.

⁷¹ Tratavam-se de jornais de argumentação mais intensa, com uma quantidade maior de páginas e de conceitos mobilizados. Assim, é possível pressupor que tomavam mais tempo para ser redigidos, revisados e publicados. Isso, somado aos objetivos que os levavam a vir a público (geralmente ligados a polêmicas que surgiam naquele momento), pode ser motivo da sua periodicidade irregular, quando comparados aos outros dois jornais, menores, mais pontuais e regulares.

Referências

a) Documentos

Folhetos

(A) FIDELIDADE *maranhense, demonstrada na sumptuosa Festividade, que no dia 12 de Outubro e seguintes, a solicitação do Ilmo e Exmo Sr. Presidente Pedro José da Costa Barros fez à câmara da cidade*. São Luís: Tipografia Nacional, 1826.

Jornais

(O) Amigo do Homem – MA (1825-1827)

(A) Bandurra – MA (1828)

(O) Censor – MA (1825-1830)

(A) Minerva – MA (1828-1829)

b) Bibliografia

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARAÚJO, Roni César Andrade de. *Entre a Província e a Corte: “Brasileiros” e “Portugueses” no Maranhão do Primeiro Reinado*. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

_____. A questão da imprensa e o Conselho Presidial do Maranhão: as ideias “mal expedidas” do *Farol Maranhense* e o “magoado coração” do presidente Costa Pinto (1828). In: GALVES, Marcelo Cheche; CIRINO, Raissa Gabrielle Vieira. *O Império do Brasil e o Conselho de Presidência do Maranhão (1825-1834)* – vol 1. São Luís: Editora UEMA; Arquivo Público do Estado do Maranhão, 2021.

ASSUNÇÃO, Matthias. Miguel Bruce e os “horrores da anarquia” no Maranhão, 1822-1827. In: JANCSCÓ, István (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: HUCITEC, 2005, p. 345-378.

BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecília (et. al). *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009

CARVALHO, José Murilo de. História Intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. *Revista Topoi*, Rio de Janeiro, dez. 2000, n. 1, p. 123-152.

CASTRO, Augusto Olympio Viveiros de. Actas das Sessões de 1823. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 94 (148), 1923, p. 611-640.

CERVO, Amado Luiz; MAGALHÃES, José Calvet de. *Depois das caravelas: as relações entre Portugal e Brasil 1808-2000*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

CONSTITUIÇÃO Política do Império do Brasil. Rio de Janeiro, 1824. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 20 jul. 2023

COSTA, Wilma Peres. Do domínio à nação: os impasses da fiscalidade no processo de Independência. In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: HUCITEC, 2003, p. 143-193.

CUTRIM, Luisa Moraes Silva. *Negócios e política em tempos constitucionais: percursos do negociante João Rodrigues de Miranda*. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2013.

_____. *A alma do negócio: a trajetória do negociante Antônio José Meirelles no Maranhão* (c. 1820 – c. 1832). Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2017.

_____. *Viagens comerciais: relações mercantis estabelecidas ao redor do Atlântico a partir da praça comercial de São Luís do Maranhão* (c. 1820-1830). In: III Seminário Internacional Brasil no século XIX, 2018, Natal. III Seminário Internacional Brasil no Século XIX, 2018.

_____. “Massa dos brasileiros transatlânticos”: a reinserção do negociante Antonio José Meirelles no Maranhão pós-Independência (1825-1831). *Revista Outros Tempos*. São Luís, n. 27, v. 16, p. 92 – 115, 2019.

_____. Os homens de negócio e a construção do Estado na província do Maranhão. *Revista TEL*. Irati_, n. 1, v. 12, p. 67-83, jan/jun 2021.

_____. Antonio José Meirelles. In: OLIVEIRA, Helena de Salles; PIMENTA, João Paulo. *Dicionário da Independência do Brasil: História, Memória e Historiografia*. São Paulo: Edusp, 2022a, p. 78-80.

_____. “Pura ambição de negócio”: Negócios, dívidas e propriedades na praça comercial de São Luís (c. 1810 – c. 1840). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, 2023.

GALVES, Marcelo Cheche. “Aderir”, “jurar” e “aclamar”: O Império no Maranhão (1823-1826). *Revista Almanack*. Guarulhos, n. 1, p. 105-118, 1º semestre 2011.

_____. Entre o centro e a província: a primeira eleição para deputado geral no Maranhão pós-independência. *Cad. Pesq.*, São Luís, v. 20, n. 1, jan./abr. 2013a

_____. Sobre as lutas contra a Independência na América portuguesa: “os portugueses” da província do Maranhão. *Revista Nuevos Mundos*. [s.l.], 2013b

_____. “Ao público sincero e imparcial”: Imprensa e Independência do Maranhão (1821-1826). São Luís: Café & Lápis: Editora UEMA, 2015.

_____. A criação da biblioteca pública em 1831: política e cultura escrita na província do Maranhão. *Revista de História*. [s.l.], n. 178, p. 1-30, 2019.

_____. A revolução liberal vista do Maranhão: o Espelho Crítico-Político, de Garcia de Abranches. *Revista Almanack*. Guarulhos, n. 30, p. 1-32, 2022.

_____. A independência do Maranhão entre efemérides. *Revista Almanack*. Guarulhos, n. 33, p. 1-11, 2023.

_____; ARAÚJO, Roni César Andrade. A “questão dos portugueses” na imprensa maranhense no final do primeiro reinado. *Revista Litteris*. [s.l.], n. 15, jul 2015.

_____; _____. Miguel Ignácio dos Santos Freire e Bruce. In: OLIVEIRA, Helena de Salles; PIMENTA, João Paulo. *Dicionário da Independência do Brasil: História, Memória e Historiografia*. São Paulo: Edusp, 2022, p. 78-80.

_____; _____. Antonio Marques da Costa Soares. In: OLIVEIRA, Helena de Salles; PIMENTA, João Paulo. *Dicionário da Independência do Brasil: História, Memória e Historiografia*. São Paulo: Edusp, 2022, p. 78-80.

_____; _____. E depois da Independência? Os “portugueses” do Maranhão no Império do Brasil. *Revista Ágora*. [s.l.], v. 33, n. 1, p. e-2022330104, 2022. DOI: 10.47456/e-2022330104. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/agora/article/view/37716>. Acesso em: 31 mar. 2023.

_____; _____. Sob o efeito das guerras de independência: prejuízos à propriedade na província do Maranhão e o trabalho da Comissão Mista Brasil-Portugal. In: DUARTE, Marcello Felipe; LOUREIRO, Marcelo; GULÃO, Marcelo (orgs.). *A armada imperial e a independência do Brasil: outros olhares, novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Jaguatirica, 2023, p. 155-178.

_____; COSTA, Yuri. Constituição e propriedade no mundo luso-brasileiro e as guerras de independência (1822-1825). *Revista Topoi*. Rio de Janeiro, v. 23, n. 51, p. 764-785, set./dez. 2022.

JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). *Revista História das Ideias*. v. 21, 2000, p. 389-440.

MALERBA, Jurandir. As Independências do Brasil: ponderações teóricas em perspectiva historiográfica. *História (São Paulo)*, v. 24, n. 1, p. 99-126, 2005.

MEIRELES, Mário Martins. *História da independência no Maranhão*. Rio de Janeiro: Artenova, 1972

_____. Esboço crítico sobre a recente historiografia sobre a independência do Brasil (1980-2002). In: _____ (org.). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 19-52.

MOREL, Marco. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____. Independência no papel: a imprensa periódica. In.: JANCSÓ, István. *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec - Fapesp, 2005, p. 617-636.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais: cultura e política (1820-1823)*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2003.

_____. Os panfletos políticos e a cultura política da Independência do Brasil. In.: JANCSÓ, István. *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: Hucitec - Fapesp, 2005.

OLIVEIRA, Helena de Salles; PIMENTA, João Paulo. *Dicionário da Independência do Brasil: História, Memória e Historiografia*. São Paulo: Edusp, 2022.

PEREIRA, Gabriel Langie. *Independência e sequestro de bens: negócios, negociantes e correspondentes no Pará e no Maranhão (1822-1842)*. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Unicamp. Campinas, 2009.

PEREIRA, Maria Esterlina Mello. *O processo da Independência no Maranhão (1822-1828)*. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1983.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

_____. O Tratado de 1825 e a construção de uma determinada identidade nacional: os sequestros de bens e a Comissão Mista Brasil-Portugal. In: CARVALHO, José Murilo de (org). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 395-420.

_____. Identidade ou Causa Nacional? Uma discussão a partir dos sequestros, tratado e Comissão Mista Brasil-Portugal (1822-1828). In: CARVALHO, José Murilo de (et al). *Linguagens e fronteiras do poder*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 186-198.

_____. Antilusitanismo. In: OLIVEIRA, Helena de Salles; PIMENTA, João Paulo. *Dicionário da Independência do Brasil: História, Memória e Historiografia*. São Paulo: Edusp, 2022, p. 78-80.

RIBEIRO, Lorrane Costa. Reclamantes do Corpo de Comércio do Maranhão nas páginas de *O Conciliador* (1821-1823). Relatório de Bolsa de Iniciação Científica. Universidade Estadual do Maranhão: São Luís, 2021.

_____. Reclamantes do Corpo de Comércio do Maranhão nas páginas de *A Folha Medicinal do Maranhão* (1822) e *Gazeta Extraordinária da Província do Maranhão* (1823-1824). Relatório de Bolsa de Iniciação Científica. Universidade Estadual do Maranhão: São Luís, 2022.

ROWLAND, Robert. Patriotismo, povo e ódio aos portugueses: notas sobre a construção da identidade nacional no Brasil independente. In. JANCSÓ, István (org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: HUCITEC, 2003, p. 365-388.

SILVA, Júlia Maria Corrêa Lima e. Reclamantes do Corpo de Comércio do Maranhão nas páginas do *Argos da Lei* (1825) e de *O Censor* (1825). Relatório de Bolsa de Iniciação Científica. Universidade Estadual do Maranhão: São Luís, 2021.

_____. Reclamantes do Corpo de Comércio do Maranhão nas páginas dos jornais *A Bandurra* (1828) e *Minerva* (1828). Relatório de Bolsa de Iniciação Científica. Universidade Estadual do Maranhão: São Luís, 2022.

SILVA, Luís Antonio Vieira da Silva. *História da independência da província do Maranhão (1822-1828)*. 2 ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1972.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Levantamento de dados do jornal *O Amigo do Homem*

- Título: *O Amigo do Homem*. O título não se altera ao longo do período de publicação.
- Epígrafe: *rara temporum felicitate, ubi sentire, quae velis, et quae sentias dicere licet* (Tacit. Lib. 1º Hist. C. I.). A tradução seria “rara felicidade de uma época em que se pode pensar o que se quer e dizer o que se pensa” – fala de Tácito sobre os governos de Trajano.
- Número de páginas: as edições contam em geral com 6 páginas, variando entre 8 ou 10. Apenas o n. 51B foge dessa regra e conta com 4 páginas. Todas as páginas são identificadas em numeração contínua, demonstrando uma correlação lógica entre as diferentes edições. Diferente de outros jornais que seguem a mesma lógica de contagem, o *Amigo do Homem* reinicia essa numeração a cada novo semestre, por isso a partir do segundo semestre há uma nova primeira edição, iniciada pela página 1. O jornal tem uma lógica que funciona em ciclos semestrais.
- Suplementos e cadernos: O jornal distribui os artigos oficiais e não oficiais em três seções: Rio de Janeiro, Maranhão e Portugal. Termina a folha com as seções de registros do porto de São Luís, avisos e anúncios.
- Local de impressão: Tipografia Nacional do Maranhão, localizada na antiga Rua da Imprensa, atualmente Rua do Norte, no Centro de São Luís
- Local de redação: Tipografia Nacional do Maranhão
- Locais de venda: casa do redator, localizada no Largo João do Valle (n. 9 de 31 jan 1827)
- Data do primeiro número: 01 de janeiro de 1825. As edições dos primeiros dois anos não foram conservadas.
- Data do último número: 29 de dezembro de 1827
- Período de publicação: O jornal funcionou entre os anos de 1825 e 1827, ao que parece, de forma regular. Ele também teve um prospecto de 1824. Todavia, apenas as edições de 1827 se encontram preservadas
- Periodicidade: durante o ano de 1827, o jornal possuiu periodicidade regular, sendo publicado toda quarta-feira e sábado. Não tive acesso as datas das edições dos dois primeiros anos.
- Total de edições: 104 edições ao longo de 1827, único ano do jornal ao qual tive acesso

- Acesso aos exemplares: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (em um provável erro de catalogação, estão em seção vinculada ao Rio de Janeiro)
- Redator: João Crispim Alves de Lima
- Anúncios: foram anunciados gêneros diversos, entre eles os mais frequentes foram anúncios de escravizados, terras/propriedades, livros e artigos literários diversos, e rapé. Também foram feitos muitos avisos referentes a prestação de contas entre casas de negócios.
- Perfil dos leitores: O autor, ao se propor como um dos formadores da Opinião Pública, projeta em seu público ideal o interesse pelos assuntos da política tanto do Rio quanto de Portugal. Representante dos “portugueses”, a sua ideia de leitor está relacionada aos “beneméritos cidadãos” da província, defensores da autoridade de D. Pedro I e de seu direito sucessório em Portugal (lá referido como D. Pedro IV), interessados pela tranquilidade pública do Maranhão, adquirida na figura de seu Presidente Pedro José da Costa Barros.
- Formas de circulação: A folha existente entre 1825 e 1827 interage com outros periódicos do momento, inclusive sendo atestada a sua regularidade através dessa interlocução. Em 1825, o jornal interage bastante com o *Censor*, integrando grupo político afim de Garcia de Abranches, e parece rivalizar com o *Argos*. Ainda são poucas as informações que tenho acerca de 1826, bem como referente a 1827.
- Linha editorial predominante: Política. O autor elucida as questões políticas ligadas ao Maranhão, Corte e Portugal, além de outros locais quando serve de interesse. Alguns momentos há menções a questões econômicas, mas estas, em sua maioria, estão atreladas a prática política ou alguma discussão de teor político.
- Identificação política e cultural: Crispim é identificado politicamente como um “português” e sua argumentação caminha no sentido de defender as causas desse grupo, o direito de “portugueses” serem reconhecidos como “brasileiros”. Alinha-se a administração provincial a partir de 1826, sendo “partidário” de Pedro José da Costa Barros, o que o leva a defender essa figura ao longo de sua folha. Também se identifica como pedrista, em relação a disputa do trono português, e utiliza seu espaço também para denunciar forças miguelistas e defender o direito legítimo de D. Pedro
- Iconografia: o emblema imperial faz parte da composição iconográfica da folha e é mais uma forma de estabelecer vínculo ao novo sistema

- Eventos históricos: 1) o andamento da Guerra da Cisplatina, um conflito entre o Império brasileiro e as províncias Unidas do Rio da Prata pelo controle da região da Cisplatina, que ocorreu entre 1825 e 1828. O redator publica vários ofícios sobre a atuação de D. Pedro no conflito, ou mesmo notícias sobre como se encontra a disputa; 2) A época da morte de Leopoldina, o autor narra as honras fúnebres que deveriam ocorrer no Maranhão, bem como as que ocorreram na Corte; 3) o autor se posiciona ativamente nas primeiras discussões sobre a sucessão do trono português, aberta com a morte de D. João VI em 1826, desde as primeiras edições da folha. O desenrolar desses dissensos em Portugal resultaria em uma crise que perduraria até 1834.
- Observações: É reconhecida a circulação do *Amigo do Homem* entre os anos de 1825 a 1827. Apenas uma edição do segundo semestre de 1825 está conservada, e não foi encontrada nenhuma edição de 1826, mas em várias edições de 1827 fica claro a circulação regular da folha durante os dois anos anteriores, além da interlocução que estabelece com o *Argos* e o *Censor* em 1825. No *Argos* aparecem correspondências que apontam Crispim como redator da folha. Ele também possui um prospecto datado de 17 de setembro de 1824, como expõe o *Censor* em seu primeiro número. Daí, a partir da relação e interlocução que estabeleceu com outros redatores é possível compreender sobre sua existência, mesmo que não se encontrem todas as edições do periódico disponíveis atualmente preservadas para leitura.

APÊNDICE B – Levantamento de dados do jornal *A Bandurra*

- Título: *A Bandurra*. O nome faz referência a um instrumento de cordas (cordofone). O redator argumentava que pretende saudar os mais *altos objetos* ao som de *Bandurra* (assim como o salmista no salmo 150), como é o caso da Constituição do Brasil.
- Epígrafe: O jornal possuía duas epígrafes, uma em cada parte do jornal. Na primeira: *Ridiculum acri Fortius, ac meliùs magnas plerumque secat res.* (Horat. Sat. X). A segunda parte tinha como epígrafe: *Legum denique ideo servi sumus, ut liberi esse possimus*⁷². (Cícero). A segunda faz referência a importância da Constituição para a liberdade dos povos.
- Número de páginas: A quantidade de páginas variou por edição e são numeradas de forma contínua, estabelecendo uma correlação entre as edições. Seu maior n. conta com 56 páginas (n. 1) e o menor conta com 11 páginas (n. 16).
- Suplementos e cadernos: O jornal se divide em duas partes principais: *A Bandurra* e *A Bandurra Afinada*, sendo a primeira ligada a dita “censura” dos costumes, isto é, mais ligado a um debate político local, trazendo a posição do redator sobre as questões políticas próprias da província ou sobre os escritos de outros redatores. Na segunda parte, onde o redator sugere que irá “afinar a bandurra”, preocupa-se em tratar de temas que considera relevante, contemplando noções necessárias ao debate político e ideias caras as quais se afeiçoa, como Constituição, Política, Direito, Liberdade, entre outras.
- Local de impressão: Tipografia Nacional do Maranhão, localizada na antiga Rua da Imprensa, atualmente Rua do Norte, no Centro de São Luís.
- Local de redação: Tipografia Nacional do Maranhão
- Locais de venda: Botica do Sr. Daniel Joaquim Ribeiro, localizada no Largo do Carmo
- Data do primeiro número: 15 de janeiro de 1828
- Data do último número: 31 de dezembro de 1828
- Período de publicação: um ano
- Periodicidade: Irregular, não tem um dia/data fixo para ser publicado. Mesmo assim, ao longo de todos os meses de 1828 o jornal se mantém ativo. A folha é publicada pelo menos duas vezes ao mês. As datas propostas pelo redator nos avisos da primeira edição são as datas 3 e 18, porém na maioria dos meses ocorrem atrasos. Sua periodicidade é

⁷² Traduzido do latim: Finalmente somos escravos das leis para que possamos ser livres

um fator que demonstra diferença na rigidez de sua folha anterior, sendo essa mais flexível.

- Total de edições: 23 edições
- Acesso aos exemplares: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional
- Redator: João Crispim Alves de Lima
- Preço de venda: Cada exemplar custava 200 réis vendido fora da assinatura. O valor anual da assinatura foi de 3840 réis e a assinatura semestral foi de 1920 réis.
- Formas de circulação: O redator mantém interlocução com o jornal *Farol Maranhense*, com quem rivaliza e discute diversas ideias e eventos polêmicos ocorridos dentro e fora da província. Mantém dialogo também com o periódico *Minerva*, na maioria das vezes corroborando com algumas de suas ideias.
- Linha editorial predominante: Política. O redator expõe seus pensamentos sobre a situação política local e também aproveita o espaço para ensinar aos seus leitores os termos da política e convencê-los de sua visão de mundo, adotando um tom pedagógico. Já no primeiro número, por exemplo, o redator explica o que é a Constituição. É possível considera-lo, em certa medida, um jornal conceitual.
- Identificação política e cultural: Integra o grupo político definido como “português”, realizando a defesa das pautas políticas convenientes a esse grupo. O redator é defensor de governos regidos por princípios do liberalismo, afeiçoando-se principalmente ao regime Monárquico Representativo, regulado pela Constituição, que, segundo o redator, competia para o mais alto grau de civilização. Defende o governo de Costa Barros e de Costa Pinto ativamente, e se posiciona energicamente como pedrista.
- Iconografia: Expõe a insígnia do Império em sua primeira página
- Eventos históricos: 1) Eleições para a Câmara Geral Ordinária dos Deputados ocorridas naquele ano. Era importante para o grupo político do redator que conseguissem eleger como Deputado algum de seus representantes, dessa forma, o redator dedica-se a convencer seus leitores da importância do voto em sua seção sobre lições de política.

APÊNDICE C – Levantamento de dados do jornal *O Censor*

- Título: O Censor. O título faz referência ao Tribunal da Censura na Roma Antiga, que entre outras atribuições, era responsável por fiscalizar a conduta moral dos cidadãos. Para o redator, esta instituição era frutífera aos bens sociais e garantia a manutenção da ordem. Tendo a instituição terminado, a modernidade política constituiu o Tribunal da Opinião Pública, tão imponente quanto o romano, e o redator se colocava em suas páginas a serviço dele (n. 3). A partir do n. 8 o título é modificado para *O Censor Maranhense*.
- Epígrafe: A Rome les desordres domestiques ou publics étoient reformes par les Censeurs – Rollin. Em tradução do francês: “Em Roma, desordens domésticas ou públicas foram reformadas pelos Censores”.
- Número de páginas: As páginas eram identificadas em numeração contínua, demonstrando uma correlação lógica entre as edições, desde o início de sua publicação até seu último número. A quantidade de páginas varia por edição: a maior delas possui 23 páginas (n. 16) e as menores contam com 8 páginas (n. 11, 12 e 13).
- Suplementos e cadernos: A estrutura do jornal se define unicamente através do debate político, realizado através das opiniões do redator combinado às correspondências – cartas ou publicações de outros autores – anexadas por ele com o intuito de comentá-las ou responde-las. As edições findam com avisos, erratas e eventuais notícias
- Local de impressão: Tipografia Melandiana de D. G. de Mello (Daniel Garção); Tipografia Nacional do Maranhão (n. 5 e n. 8 de 1825) – a partir de 1826, o *Censor Maranhense* passa a ser impresso na Tipografia Nacional
- Locais de venda: alguns locais identificados foram a loja de Señr. Maia, na Praia Grande; Botica do Canto Grande, localizada no Largo do Carmo e a Botica do Padre Tezinho
- Data do primeiro número: 24 de janeiro de 1825
- Data do último número: maio de 1830 – a edição não define o dia
- Período de publicação: 5 anos, com pausas significativas entre as edições publicadas. Em 1825, foram lançados apenas 8 números, e no ano seguinte, 7 edições. No ano de 1827 foi publicada apenas uma edição, situação que se repetiu em 1828. Em 1829, apenas os números 21, 22 e 23 circularam, e em maio de 1830, por fim, saiu o n. 24

- Periodicidade: Irregular. O próprio jornal é pensado como um local de discussão aberto pelo redator, Garcia de Abranches, para expor suas opiniões com maior liberdade, o que parece ser critério para a periodicidade irregular. O redator não se compromete com assinantes, nem com anúncios, e provavelmente, pelo mesmo motivo, não utiliza periodicidade rígida, sob a justificativa de ter sua pena livre⁷³. No primeiro ano do jornal, os números 7 e 8 tem uma distância de tempo muito grande. A edição 7 data de 24 de março, enquanto a seguinte só seria publicada em 29 de dezembro. O redator foi deportado ao final de março de 1825 e volta para a província do Maranhão apenas em dezembro do mesmo ano. Esse é o motivo de uma de suas grandes pausas. Outra grande pausa justificada ocorre entre os primeiros meses de 1827 e o fim de 1828, em que passa 19 meses sem publicar qualquer edição. A pausa foi anunciada no *Amigo do Homem* em 1827, e se deu por escolha do redator para desfrutar de aposentadoria, suspendendo o jornal. Ele teria se refugiado em seio familiar no “subúrbio do Oriente do Maranhão”, como ele mesmo define, e volta em outubro de 1828 para combater as doutrinas do *Farol Maranhense*. A última edição preservada do jornal (n. 24) não traz despedida de seu autor.
- Total de edições: 24 edições preservadas
- Acesso aos exemplares: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e acervo digital da Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL)
- Redator: João Antônio Garcia de Abranches
- Anúncios: O redator não possuía anunciantes para que não houvesse interferência em sua redação na folha, visto que Garcia de Abranches redigia a folha com o intuito de que ela se caracterizasse como um espaço livre para que pudesse debater as questões em voga da província, mantendo interlocução direta com outras publicações da época e uma coerência lógica (possível de ser acompanhada pela numeração das páginas)
- Preço de venda: Este é mais um elemento irregular da folha que demonstra a forma como este personagem encarava a ocupação de escritor público. Na primeira edição do jornal, Abranches define que o periódico teria seu preço definido antes da publicação de cada número, e é possível encontrar valores nos anúncios ao final de algumas edições. O n. 2 foi vendido a 160 réis, por exemplo, enquanto no n. 24, Abranches demonstra

⁷³ Minha compreensão sobre o estilo do redator, que deixa claro em muitos números que sua prioridade no jornal é fazer dele um local onde possa praticar sua censura livre das opiniões daqueles seus apoiadores, assinantes. A ritualística que a periodicidade exige poderia ser um elemento para a diminuição dessa argumentação “natural”. Ele se manifesta quando sente necessidade de vir a público.

interesse em distribuir alguns números gratuitamente por intermédio de seus amigos, sem revelar o preço daquela edição.

- Perfil dos leitores: Levando em conta que se destacou como representante dos “portugueses” da província na imprensa, o redator pretendia conferenciar com “beneméritos cidadãos”, homens discretos e esclarecidos que desejassem a união e a ordem da província. A linguagem utilizada pelo redator, repleta de metáforas e citações em latim, além de personagens históricos, literários e mitológicos, também delimita o público leitor e revela o interesse do autor de manter interlocução com homens de maior erudição, que, para ele, estão mais aptos para discutir assuntos da política – deve-se lembrar que os jornais alcançam sempre um público leitor maior que o cidadão ideal com quem o redator pensa em dialogar. Posicionando-se favorável aos governos de Costa Barros e Manoel da Costa Pinto, transpõe também esse perfil para os leitores de sua folha. É possível que seus colaboradores e compradores também os apoiavam.
- Linha editorial predominante: Política. O redator se dedica através desse jornal a realizar uma discussão tratando das questões políticas da província, com opiniões próprias e transcrevendo também cartas enviadas por leitores.
- Formas de circulação: O *Censor* mantinha vasta interlocução com o periódico *Argos da Lei*, respondendo algumas das opiniões publicadas por Odorico Mendes. Os dois periódicos costumavam divergir sobre as posições ocupadas por “brasileiros” e “portugueses” na nova ordem. Ao longo de sua duração, também estabelece diálogo com o *Amigo do Homem* (1825, 1826 e 1827), geralmente partilhando de posicionamentos semelhantes, mesmo que ocorre com a *Bandurra* (apenas uma menção em outubro de 1828) e com a *Minerva* (em 1828 e 1829), três jornais que partilham de mesma orientação. Tem interlocução também com o *Farol Maranhense*, repudiando as doutrinas lá publicadas e rebatendo-as em muitos números. Faz críticas também ao jornal *A Cigarra*, pedindo a deportação de seu redator.
- Identificação política e cultural: Pertencente ao grupo dos “portugueses” ligados a administração deposta com a Independência, buscava incorporar-se a nova ordem através da defesa da preservação do direito de portugueses – de serem reconhecidos politicamente como brasileiros, à luz da Constituição de 1824 – e das causas políticas desse grupo. É importante destacar que “português” não corresponde a “recolonizador”. Também manifesta uma defesa da monarquia constitucional

- Eventos históricos: Para 1825 – a chegada de Pedro José da Costa Barros a província do Maranhão, em 5 de fevereiro de 1825, nomeado pelo imperador como presidente da província, e o conflito em torno da posse do cargo, girando em torno da questão central: “a posse de Costa Barros é legítima?”
- Observações: Um elemento relevante a ser considerado na escrita do jornal é a importância da erudição e expressão das “Luzes” para a legitimidade na prática de construção da Opinião Pública. Ir a Coimbra conferia muita validade a participação no debate público impresso do período, o que justifica as muitas referências feitas por Abranches da não existência do diploma de Odorico Mendes, tentando deslegitimar o rival no debate; o tom que se refere a Lord Cochrane irá mudar ao longo das edições. Nas primeiras se refere a ele como um herói e restaurador do Maranhão, mas com o agravamento da questão entre Cochrane e Costa Barros, e a defesa de Abranches à posse de Costa Barros, o redator começa a adotar outra postura. Desde o n. 5, expõe o desrespeito a ordem do imperador, com críticas que irão se agravar até o n. 7, que levará a sua deportação; nos n. 8 e 9, publicados após o retorno a província, encontra-se considerações sobre a deportação, com a reprodução de um folheto escrito pelo próprio Abranches e impresso em Portugal; no último n. há algo relacionado às circunstâncias que levaram as publicações serem repletas de longos intervalos; Ao voltar novamente a publicação do periódico em 1828, após 19 meses de pausa (desde mar/1827), combate as doutrinas do *Farol*, que segundo ele, alimentava as rivalidades de “portugueses” e “brasileiros”, discurso que sempre combateu. Além disso, um aspecto interessante é que ele, mesmo em 1828 e 1829, continua recorrendo à dos terríveis “lustros” ocorridos entre 1823 e 1824 em sua argumentação. Lembrar da violência e anarquia definidas por esse momento seria a “prova” do quanto as doutrinas de jornais como o *Farol Maranhense* poderiam ser incendiárias para o Maranhão.

APÊNDICE D – Levantamento de dados do jornal *Minerva*

- Título: *Minerva: Folha Política, Literária e Commercial*
- Epígrafe: “Rien n’est beau que le vrai, Le vrai seul est aimable” – Boileau. Em tradução do francês: “nada é belo a não ser o verdadeiro, O verdadeiro por si só é adorável”. – Acredito que reflete a preocupação do redator em adotar um ar de imparcialidade, muito perceptível em sua argumentação, mais que em outros periódicos do mesmo período⁷⁴.
- Número de páginas: 8 páginas
- Suplementos e cadernos: Para o segundo semestre de 1828 (edições analisadas), o jornal se inicia com artigos de ofício, trazendo decretos, pronunciamentos, entre outros, advindos do Rio de Janeiro, Portugal e Maranhão que são seguidos de comentários do redator, se houver. As edições findam com os avisos, e quando há, com as entradas e saídas de embarcações, preços dos gêneros do país e as erratas do número antecedente.
- Local de impressão: Tipografia Nacional do Maranhão
- Locais de venda: no n. 28 o redator comunica que as edições são distribuídas em sua própria residência, cujo endereço não é informado.
- Data do primeiro número: 29 de dezembro de 1827
- Data do último número: 5 de março de 1829
- Período de publicação: um ano e dois meses
- Periodicidade: Regular. Durante o segundo semestre de 1828, o jornal saía semanalmente às quintas-feiras a tarde, exceto as edições n. 28 e 29, que saíram em domingos. Aparentemente o jornal teve uma pausa no fim do primeiro semestre, apontada na edição n. 28 (31 ago 1828).
- Total de edições: é reconhecido que tem 51 edições, apenas 20 disponíveis nos acervos consultados
- Acesso aos exemplares: Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional e Acervo Digital da Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL)
- Redator: David Fonseca Pinto

⁷⁴ Lembro que, em determinados momentos, o autor se colocava como um redator que não perderia tempo com contendas, difamações, argumentações contrárias a indivíduos da província ou da Corte. Isso não significa que não se posicionava politicamente, muito pelo contrário. Sobretudo, mostra uma preocupação do redator de se ver livre de uma “rivalidade política” e reflete a visão que tinha de sua ocupação e a missão de sua folha.

- Anúncios: No espaço destinado aos avisos, também são anunciadas uma série de mercadorias. Alguns exemplos são: gado (n. 30), alqueires de cal (n. 30), escravos (n. 30, n. 34, n. 37, n. 39, n. 40), rapé (n. 29, n. 31, n. 37, n. 39, n. 40), bilhetes de loteria [?] (n. 34), imóveis (n. 34, n. 41), prestação de serviço como aulas particulares (n. 36), carne seca (n. 38)
- Preço de venda: A folha avulsa era vendida por 160 réis e as assinaturas, feitas pelo tempo mínimo de seis meses, tinham o valor de 4\$800 réis
- Perfil dos leitores: As temáticas apresentadas e discutidas na folha levam a crer que o redator pretende comunicar-se com todos aqueles que nutrem respeito pelos princípios liberais e constitucionais. Um leitor ideal do *Minerva* seria aquele indivíduo que nutre respeito pela Constituição e pelos princípios políticos e econômicos do liberalismo, apoiador do imperador d. Pedro e contrário ao partido de d. Miguel.
- Formas de circulação: O periódico mantinha certa interlocução com outros periódicos que circulavam na província, sobretudo com o redator da *Bandurra*, João Crispim. Eles pertenciam ao mesmo grupo político, representando cidadãos “portugueses” da província, mas as vezes também discordavam e possuíam certos ruídos na comunicação. Tinham muitas diferenças em relação a linguagem que adotavam ao longo de sua argumentação.
- Linha editorial predominante: Política. Em vários momentos o redator ilustra aos seus leitores, em tom pedagógico, o surgimento do absolutismo e os malefícios que este sistema pode promover nas sociedades. Também expõe artigos oficiais, notícias e correspondências que discutem os rumos da política em Portugal, no Maranhão e no Rio de Janeiro.
- Identificação política e cultural: Através da folha, o redator defende ideais liberais e a monarquia constitucionalista. Segundo ele, a ambição e arbitrariedade dos governantes, corrompidos pela tirania baseada na desigualdade entre os homens, foi a raiz da ruína dos antigos Estados e é a demonstração dos males do absolutismo. As leis deveriam dar o fim necessário ao abuso dos mais fortes (déspotas). Em relação aos rumos da política em Portugal, deixa evidente ser contrário ao partido miguelista, representantes do absolutismo português.
- Iconografia: Em sua primeira página o periódico expõe a insígnia do Império.

- Eventos históricos: Eleições para a Câmara Geral Ordinária dos Deputados ocorridas naquele ano; conjuntura política de Portugal e a atuação de d. Miguel, preocupação constante na folha.
- Observações: Devido a não preservação de grande parte das edições do jornal, convém pesquisar a repercussão dele em outras folhas do mesmo período e ver de que forma ele é recebido. Ao pesquisar por *Minerva* no *Farol Maranhense* (utilizando a ferramenta de busca da BN) foram encontradas 64 referências, e na *Bandurra* constam 14 citações.